

ESCOLA DE GUERRA NAVAL

CC JOSÉ EDUARDO DA SILVA

A ESTRATÉGIA NAVAL DA ÍNDIA NO PÓS-GUERRA FRIA PARA PROTEÇÃO DAS

SUAS LINHAS DE COMUNICAÇÕES MARÍTIMAS:

um estudo à luz do pensamento Mahaniano

Rio de Janeiro

2018

CC JOSÉ EDUARDO DA SILVA

A ESTRATÉGIA NAVAL DA ÍNDIA NO PÓS-GUERRA FRIA PARA PROTEÇÃO DAS
SUAS LINHAS DE COMUNICAÇÕES MARÍTIMAS:

um estudo a luz do pensamento Mahaniano

Dissertação apresentada à Escola de Guerra Naval, como requisito parcial para a conclusão do Curso de Estado-Maior para Oficiais Superiores.

Orientador: CMG(REF.) José Augusto Abreu de Moura

Rio de Janeiro
Escola de Guerra Naval

2018

AGRADECIMENTOS

A Deus por ter me iluminado durante essa jornada e permitir que mais este desafio seja superado.

Às minhas amadas esposa e filhas, Monique, Júlia e Beatriz, pelo incondicional apoio ao longo de todo o curso. Agradeço a compreensão pelo tempo dedicado a esse importante requisito Profissional e mais importante, por suas inspiradoras presenças em minha vida.

A meus amados mãe e pai, Roselena e José Martins, pelo amor, orações, educação e cuidado que me permitiram chegar até aqui.

Ao meu orientador, Capitão de Mar e Guerra (REF.) José Augusto, pela disponibilidade irrestrita, pelos ensinamentos e incentivo que foram fundamentais para a elaboração e conclusão desse trabalho.

Aos amigos de longa data, Capitão de Fragata Souza Vianna e o Capitão de Corveta Arthur, pelas relevantes contribuições, sugestões e revisão final deste trabalho.

Aos companheiros da turma CEMOS 2018, pelos debates enriquecedores e pela cordialidade a todo o momento.

À Escola de Guerra Naval, bem como à Marinha do Brasil, pela oportunidade oferecida no aprimoramento pessoal e profissional.

RESUMO

O propósito da pesquisa foi analisar as ações adotadas pela Índia na região do Oceano Índico para proteger suas linhas de comunicações marítimas, seus estreitos e seus interesses estratégicos, bem como os rumos estabelecidos por sua Marinha, a fim de se tornar uma “Marinha de Águas Azuis”. Para tanto, essa pesquisa foi empreendida à luz dos pressupostos teóricos do Contra-Almirante Alfred Thayer Mahan. Cabe ressaltar que a relevância do tema se fundamenta na oportunidade de entender como a Índia atua de modo a manter o crescimento de sua economia e a sua segurança energética. Nesse sentido, aponta-se que, para tal, o Estado indiano deve garantir a segurança de suas linhas de comunicações marítimas, que se originam no Oriente Médio e na África e também o fluxo ininterrupto de recursos energéticos para abastecer o território indiano que se encontra em franco desenvolvimento. Para alcançar esse objetivo, realizou-se um trabalho baseado nos desenhos de pesquisa bibliográfica e documental. Para tanto, foi empregada a metodologia descritiva e analítica. O aporte teórico desta pesquisa, por sua vez, adveio do trabalho do Contra-Almirante Mahan, formulado para orientar o Estado acerca da importância do desenvolvimento do seu Poder Marítimo e do controle de suas linhas de comunicações marítimas e estreitos vitais. Desse modo, fez parte do arcabouço teórico do trabalho a evolução da Estratégia Naval da Índia, que balizou o desenvolvimento e a modernização da Marinha, visando alcançar o patamar de uma “Marinha de Águas Azuis”, a fim de proteger e garantir os interesses estratégicos nacionais. Assim ao confrontar a teoria de Mahan com os documentos estratégicos, e assim analisar a ampliação da atuação da Marinha da Índia na região do Oceano Índico, constatou-se, ao final desta dissertação, que a Índia está no rumo certo para atingir o *status* de “Marinha de Águas Azuis”.

Palavras-chave: Região do Oceano Índico. Estratégia Naval da Índia. Mahan. Pontos Geográficos. Linhas de Comunicações Marítimas. Estreito de Ormuz. “Marinha de Águas Azuis”.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

| | |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------|----|
| Figura 1 - Mapa com os Pontos Focais da ROI em 2007..... | 56 |
| Figura 2 - Mapa com os Principais pontos de estrangulamento e seu trânsito em barris de petróleo..... | 57 |
| Figura 3 - Gráfico de gastos com Defesa dos Estados com maior expressão militar..... | 58 |
| Figura 4 - Mapa com as Principais LCM e Pontos de Estrangulamento na ROI..... | 59 |
| Figura 5 - Mapa da Zona Econômica Exclusiva (ZEE) da Índia..... | 60 |
| Figura 6 - Gráfico da Dependência energética da Índia..... | 61 |
| Figura 7 - Mapa dos Pontos focais e LCM no Oceano Índico em 2015..... | 62 |
| Figura 8 - Mapa com os novos contornos do entorno primário e secundário da Índia..... | 63 |
| Figura 9 - Gráfico com os principais fornecedores de petróleo da Índia 2014-2015..... | 64 |

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

| | |
|---------|--------------------------------------------------|
| ASEAN - | <i>Association of Southeast Asian Nations</i> |
| CNUD - | Convenção das Nações Unidas sobre Direito do Mar |
| DMN - | Doutrina Militar Naval |
| EUA - | Estados Unidos da América |
| IMD - | <i>Indian Maritime Doctrine</i> |
| IMMS - | <i>India`s Maritime Military Strategy</i> |
| IMSS - | <i>Indian Maritime Security Strategy</i> |
| LCM - | Linhas de Comunicações Marítimas |
| PIB- | Produto Interno Bruto |
| RPC - | República Popular da China |
| ROI - | Região do Oceano Índico |
| ZEE- | Zona Econômica Exclusiva |

SUMÁRIO

| | |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------|----|
| 1 INTRODUÇÃO | 7 |
| 2 A TEORIA DE MAHAN E SEU LEGADO PARA UMA POTÊNCIA MARÍTIMA | 11 |
| 2.1 O Poder Marítimo e o pensamento estratégico de Mahan para o seu desenvolvimento... | 13 |
| 2.2 Visão de Mahan sobre as Linhas de Comunicação Marítima, Pontos Focais e Bases Navais Avançadas..... | 17 |
| 2.2.1 Linhas de Comunicação Marítima | 18 |
| 2.2.2 Bases Navais Avançadas | 19 |
| 2.2.3 Pontos Focais | 21 |
| 2.3 Análises da Teoria apresentada..... | 22 |
| 3 O CAMINHAR DA ESTRATÉGIA NAVAL DA INDIA EM DIREÇÃO ÀS ÁGUAS AZUIS | 24 |
| 3.1 Contextualização da Região do Oceano Índico | 24 |
| 3.1.1 A Índia e o Oceano Indico | 25 |
| 3.2 O Poder Naval Indiano | 27 |
| 3.3 Estratégia naval em direção as águas azuis | 29 |
| 4 INTERESSES ESTRATÉGICOS DA INDIA NO OCEANO ÍNDICO | 31 |
| 4.1 A Estratégia Marítima da Índia de 2007: O Prelúdio para o Imperialismo..... | 33 |
| 4.2 A Estratégia Marítima da Índia de 2015: Política Imperialista e o Projeto de Poder | 39 |
| 5 CONCLUSÃO | 47 |
| REFERÊNCIAS | 51 |
| ANEXOS | 56 |

1 INTRODUÇÃO

Os Oceanos abrangem em torno de 70% da superfície da Terra, fazendo com que, no decorrer de anos, as Linhas de Comunicações Marítimas (LCM) viessem a se tornar fundamentais vias para o transporte de recursos naturais e energéticos e de grande parte do volume do comércio mundial, contribuindo sobremaneira para o desenvolvimento dos Estados. Conseqüentemente, a interrupção do fluxo comercial de produtos, combustíveis e alimentos representaria uma grande ameaça para determinadas regiões, o que faz com que a liberdade de navegação seja algo de relevância para a estabilidade política e econômica do Sistema Internacional.

Neste contexto, o presente trabalho tem como palco de suas análises o Oceano Índico, detentor de parcela significativa das águas oceânicas mundiais – cerca de 20% - cujo controle de seus acessos, desde o início da era moderna, tem sido objeto de intensa cobiça e disputa entre Estados regionais e extrarregionais.

Desde o século XIX, o Contra-Almirante Alfred Thayer Mahan (1840-1914) já vislumbrava a necessidade de proteger as LCM, a fim de preservar os interesses do Estado. Isso porque considerava o controle dessas rotas a chave para o enriquecimento e ampliação da hegemonia de um Estado no âmbito mundial. Segundo Mahan, o Estado que detivesse um extenso litoral deveria utilizar o mar em seu proveito, de modo a fortalecer e desenvolver um Poder Naval capaz de proteger as LCM de seu interesse e privar o inimigo do uso do mar.

Apesar de sua posição proeminente, lançada sobre o Oceano Índico, a Índia, durante boa parte do século XX, não voltou seus olhares para o mencionado Oceano, uma vez que estava envolvida em conflitos terrestres locais, em virtude de sua complicada descolonização. Cabe ressaltar que o processo de colonização britânica, a partir do mar, não foi suficiente para reverter a tradição continentalista na Índia, conferindo-se à Marinha, portanto, um papel apenas secundário na panóplia indiana de meios militares. Contudo, no

início do Século XXI, constatou-se a eclosão de novos e influentes atores no cenário internacional, o que levou a Índia a alterar sua trajetória e os alicerces que sustentavam a sua posição frente ao Sistema Internacional.

Devido a isso, a Índia buscou um ponto de equilíbrio baseando-se no aparecimento de inovadoras correntes de pensamentos estratégicos que, por sua vez, impulsionaram, de maneira pragmática, a Política Externa indiana em direção a novos desafios, dentre os quais figurava o de reposicionar o país e sua Marinha em consonância com seus novos objetivos político-estratégicos. Sendo assim, a partir da década de 1990, e já vivenciando uma conjuntura favorável e consistente de crescimento econômico, a Índia passou a demonstrar maior propensão para desenvolver uma “Marinha de Águas Azuis”¹ com o objetivo de consolidar sua primazia geopolítica na Região do Oceano Índico (ROI).

É importante ressaltar que a conjuntura geopolítica e econômica da ROI vem sendo alterada e influenciada em virtude da velocidade e complexidade com que se processam os acontecimentos no último século. Consequentemente, o cenário volátil que se forma na ROI, envolto em disputas por espaços estratégicos, gera um ambiente de instabilidade no qual a Índia se insere por meio de um caráter assertivo com a pretensão de ampliar a sua atuação na ROI e garantir os seus interesses. Essa assertividade e a ampliação da sua atuação refletem em uma mudança no pensamento estratégico naval da Índia. Essa mudança da estratégia naval indiana é caracterizada pela necessidade de construção de uma “Marinha de Águas Azuis”, capaz de projetar poder para além de suas fronteiras marítimas.

Nesse contexto, o propósito da pesquisa relatada nesta dissertação foi analisar a estratégia naval da Índia no século XXI, bem como a ampliação da presença de sua Marinha de Guerra na ROI, à luz dos pressupostos teóricos do Contra-Almirante Mahan. Isso porque

¹ Marinha capaz de atuar além das 200 milhas de seu litoral, ou seja, capaz de projetar poder além de suas fronteiras marítimas. No campo político, a marinha de águas azuis é a extensão da presença do Estado em outros mares e Oceanos (SCOTT, 2007, p. 1, tradução nossa).

esses pressupostos balizaram o pensamento estratégico naval da Marinha indiana. Isto é, houve, no contexto indiano, a ênfase na proteção e no controle das linhas de comunicação marítimas, dos estreitos e pontos de estrangulamento, destacando-se o Estreito de Ormuz, principal ponto focal de passagem dos recursos energéticos importados para abastecer o território indiano. Com isso, a Índia vem envidando esforços para transformar a sua marinha em uma “Marinha de Águas Azuis”.

Nesse sentido, a dissertação em tela será estruturada em cinco capítulos de texto, incluindo esta Introdução como sendo o primeiro. Dessa forma, o segundo capítulo discorrerá sobre os princípios da teoria de Alfred Thayer Mahan, discorrendo sobre seu pensamento estratégico naval. Para tanto, será abordada a sua visão sobre a importância das Linhas de Comunicação Marítima, de Pontos Focais e de Bases Navais Avançadas para o desenvolvimento de um Estado e de seu Poder Marítimo.

Ainda no segundo capítulo serão abordados quatro fundamentos teóricos formulados por Mahan, quais sejam: o desenvolvimento do Poder Marítimo; o estabelecimento de uma hierarquia entre os conceitos de objeto e de objetivo de emprego desse Poder; o domínio do mar e a busca pela batalha decisiva e a obtenção de pontos de apoio para prolongar o tempo de operação da Força Naval em locais distantes. Com destaque, será apresentada a necessidade de possuir o controle de pontos focais e bases navais avançadas para proteger suas LCM, que seriam de fundamental importância, segundo Mahan.

O terceiro capítulo, por sua vez, apresentará uma análise do contexto geopolítico da região do Oceano Índico, identificando os principais aspectos políticos, geográficos e econômicos. Em seguida, serão apresentadas a importância do Oceano Índico para Índia, dos pontos estratégicos e das LCM. Além disso, serão identificados os interesses marítimos e as áreas marítimas estratégicas. Nesse sentido, é abordado nesse capítulo o Poder Naval da Índia, sua política de reestruturação do poder naval indiano e suas ações em direção a uma nova

concepção que é a “Marinha de Águas Azuis”, de modo a compreender a estratégia adotada para atingir essa nova concepção.

Em seguida, o capítulo quatro versará sobre a evolução da Estratégia Naval da Índia no século XXI, por meio da análise dos seguintes documentos estratégicos: a *India's Maritime Militar Strategy* (IMMS-2007) e a *Indian Maritime Security Strategy* (IMSS-2015). Assim, serão apontados nessa análise os principais objetivos; as atribuições e tarefas do poder naval indiano; e os pontos geográficos estratégicos de interesse na ROI. Ademais, o capítulo ressaltará a importância da manutenção da segurança de suas LCM na região do Oceano Índico, em especial a das rotas responsáveis pelos suprimentos de hidrocarbonetos provenientes do Oriente Médio passando pelo estreito de Ormuz, dada a sua importância para a matriz energética indiana, bem como para a sua postura nas relações internacionais.

Por fim, o quinto e último capítulo apresentará as conclusões da pesquisa e indicará se a Estratégia Naval da Índia está orientada à luz dos conceitos estratégicos de Mahan. Também será apontado se o Estado indiano se encontra a caminho para impulsionar o anseio de uma “Marinha de Águas Azuis” capaz de prover a proteção de suas linhas de comunicações marítimas e dos interesses geopolíticos e econômicos do país.

2 A TEORIA DE MAHAN E SEU LEGADO PARA UMA POTÊNCIA MARÍTIMA

A escola do domínio do mar se encarna na figura emblemática do Contra-Almirante Alfred Thayer Mahan, para quem essa era a função primordial das marinhas para alcançar e exercer o controle do comércio marítimo. Renomado oficial da Marinha estadunidense, Mahan foi considerado não muito hábil como homem do mar, contudo com notório saber como estrategista naval e historiador. Assim, seu legado de fundamentações teóricas escritas a partir do final do século XIX compôs de forma translúcida e sucinta as políticas que nortearam a composição dos arranjos que orquestraram o expansionismo dos Estados da época.

Em seu livro “*The Influence of Sea Power Upon History*”², Mahan procurou encontrar conexões entre a prática das guerras em terra e no mar a partir de exemplos históricos. Sua busca obteve grande sucesso, principalmente no que dizia respeito aos países cuja economia e comércio transcorriam pelos Oceanos, ao afirmar a superioridade dos impérios marítimos sobre os impérios continentais.

Sendo assim, Mahan fornece uma base histórica ao “navalismo”³, sendo este elemento essencial do grande movimento de expansão que caracterizou as principais potências europeias na *Belle Époque*⁴, além dos Estados Unidos da América e o Japão (COUTAUBÉGARIE, 2010).

Nessa obra, Mahan exaltava a premência do Estado em se preocupar com o mar e a necessidade de protegê-lo, a fim de salvaguardar os seus interesses. Sendo assim, conceituava que um Estado que dispusesse de um extenso litoral e de ambições marítimas

² A influência do poder marinho sobre a história”. Primeiro trabalho de Mahan e obra mais conhecida, que expressa sua teoria

³ Navalismo foi uma ideologia, de Mahan que se estendeu pela principais potências, no fim do século XIX e início do XX, pela qual a Marinha mais poderosas proporcionavam o controle do mar e o poder da nação.

⁴ *Belle Époque* é o período da história francesa marcada pela paz e harmonia territorial, com avanços artísticos e tecnológicos latente. Deve ser compreendida como um estado de espírito do povo francês, que começou em meados do século XIX e terminou com o início da Primeira Guerra Mundial, em 1914.

teria condições de se fortalecer e de obter as capacidades necessárias para sobrepujar as potências terrestres. Para Mahan, o Estado tinha por princípio usufruir do mar em seu proveito e, por conseguinte, desenvolver um grande Poder Marítimo⁵ (MAHAN, 1987).

Para Alfred Thayer Mahan, a história do Poder Marítimo confunde-se com as tentativas de dominação do espaço marítimo de interesse, que acarretam conflitos entre Estados. Além disso, o autor salienta que, em alguns casos, essas tentativas tem seu ápice materializado no uso da violência, conforme constatado nos estudos de diversas guerras históricas (MAHAN, 1987). Dessa maneira, o conceito de Poder Marítimo nutre de relevância este trabalho, tendo em vista que o tema tem como epicentro a segurança marítima da Índia e a preponderância no poder na ROI.

Ressalta-se, também, que segundo Mahan, devem-se envidar esforços para assegurar a um Estado a segurança necessária para que o mesmo usufrua de parcela relevante dos proventos comerciais e econômicos advindos do teatro marítimo. Ademais, em complemento, deverá ser realizado o máximo esforço para negar esse privilégio a outros Estados. Consequentemente, todo esse esforço se concretizará, seja pelos métodos legislativos pacíficos impondo uma exclusividade ou regulamentos proibitivos sobre esse comércio, ou por meio da força (MAHAN, 1987).

Por conseguinte, o escopo deste capítulo consiste em apresentar os princípios do pensamento estratégico de Mahan para o desenvolvimento do Poder Marítimo, do domínio do mar, dos pontos focais, das LCM e de bases navais avançadas. Posteriormente, serão pormenorizados os elementos priorizados por Mahan para um efetivo controle dos mar.

⁵ *Sea Power* (tradução nossa). O conceito de Poder Marítimo que será empregado nesse estudo é o mesmo que a Marinha do Brasil emprega na Doutrina Básica da Marinha (DBM), sendo a capacidade resultante da integração os recursos de que dispõe a Nação para a utilização do mar e águas interiores, quer como instrumento de ação política e militar, quer como fator de desenvolvimento econômico e social (BRASIL, 2017)

2.1 O Poder Marítimo e o pensamento estratégico de Mahan para o seu desenvolvimento

Como notório e substancial instrumento político, as Marinhas desenvolvem um papel preponderante nas interações entre os atores internacionais, dentro de uma relação de poder cujos objetivos estão envoltos nas disputas pelo desenvolvimento e pela manutenção de sua segurança. Dentro desse contexto, as Marinhas são apreciadas por seus Estados como símbolo de poder e de alta capacidade de influência nas relações internacionais.

Partindo do pressuposto que os Estados têm períodos de crescimento e declínio, nunca permanecendo inertes, Mahan comprova que o Poder Marítimo tem substancial relevância no destino dos Estados e, desse modo, ratifica o seu caráter imprescindível ao desenvolvimento, à prosperidade e à segurança dos mesmos. Portanto, compreende-se que é fundamental, para grandeza de um Estado, a sua disseminação política, econômica e cultural. E, para tanto, é necessária a implementação de programas de expansão, com apoio do Governo, que visem somente ao acúmulo de riqueza e que gerem um lastro com essa atividade. O referido lastro depende de um volumoso comércio exterior que só é capaz de ser sustentado por uma grande marinha mercante, que deve ser defendida por uma armada robusta, apoiada em bases estrategicamente localizadas (COUTAU-BÉGARIE, 2010).

Em sua obra *“The influence of Sea Power upon History”* Mahan afirmou:

Sob condições modernas, no entanto, o comércio interno é apenas uma parte do negócio de um país que faz fronteira com o mar. Necessidades estrangeiras ou luxos devem ser trazidos para os seus portos, seja em navios próprios ou em navios estrangeiros, que retornarão, em troca dos produtos do país, sejam eles os frutos da terra ou as obras das mãos dos homens; e é o desejo de cada nação que este negócio de transporte deve ser feito por seus próprios navios. Os navios que assim navegam de um lado para o outro devem ter portos seguros para retornar, e devem, na medida do possível, serem seguidos pela proteção de seu país ao longo da viagem (MAHAN, 1987, p. 26, tradução nossa)⁶.

⁶ No original: Foreign necessities or luxuries must be brought to its ports, either in its own or in foreign ships, which will return, bearing in exchange the products of the country, whether they be the fruits of the earth or the works of men's hands; and it is the wish of every nation that this shipping business should be done by its own vessels. The ships that thus sail to and from must have secure ports to which to return, and must, as far as possible, be followed by the protection of their country throughout the voyage. (MAHAN, 1987, p. 26).

A referenciada obra de Mahan manifesta com grande ênfase a necessidade de conquista de novos mercados, cujo cerne era um relacionamento monopolista entre colônia e metrópole, em um contexto de plenitude do imperialismo e de vertiginoso crescimento industrial. Dessa forma, Mahan vislumbrou que, para atingir esse propósito, eram necessários três elementos: uma Marinha Mercante forte, capaz de transportar as riquezas para qualquer lugar do mundo; uma Marinha de Guerra capaz de defender as Linhas de Comunicação Marítimas (LCM) contra prováveis inimigos; e bases navais avançadas como ponto de abastecimento e de projeção de poder entre os pontos de partida e chegada.

Sendo assim, o pensamento Mahaniano concebe as Marinhas como instrumento político, sobre alicerces firmados em quatro fundamentos teóricos relevantes que serão analisados a seguir.

No primeiro fundamento teórico, Mahan considera primordial o desenvolvimento de forma plena do Poder Marítimo, que estaria relacionado diretamente com o aumento da prosperidade e com a assertividade internacional de um país no sistema internacional. Tendo em vista a importância conferida por Mahan ao Poder Marítimo, haveria uma ascendência desse em relação aos outros poderes que compõem o Poder Nacional. Para esse fim, existiam fatores fundamentais, para que um Estado desenvolvesse um notável Poder Marítimo, o qual chamou de fontes do Poder Marítimo, expondo-os da seguinte forma: posição geográfica, configuração física, extensão territorial, população, caráter nacional e caráter do governo, que são universais e independem do tempo (PARET, 2001).

Com relação à posição geográfica do Estado, essa pode vir a facilitar o acesso às linhas de comércio marítimas e a outros territórios, propiciam a instalação e uso de portos e ancoradouros, além de poder permitir a concentração de forças navais e acarretar uma superioridade estratégica ao possuir uma posição central em relação a outros países. Outro

ponto a ser citado, seria a propensão de escoar bens, a partir do interior do país para esses portos.

No que tange à extensão territorial e à população, para um país ter um expressivo Poder Marítimo, a sua densidade populacional teria que estar harmonizada ao tamanho do seu território. Isto é, quanto maior sua população, maior a quantidade de recursos humanos participantes ou pelo menos disponíveis para as atividades marítimas. Quando se relata sobre a vocação de um povo para as atividades marítimas e sua aptidão natural para o mar, definimos o significado de caráter nacional, o que destinaria o país a impulsionar-se em direção à expansão ultramarina e ao desenvolvimento nacional. Já o caráter do governo significa a tendência dos governantes em intervir nas políticas públicas, objetivando construir firmes alicerces para o emprego e desenvolvimento do Poder Marítimo (TOSTA, 1984).

Já no segundo fundamento, Mahan definiu uma diferenciação e uma estrutura entre os conceitos de objeto e objetivo aplicação do Poder Marítimo. Ao citarmos concepções de nível estratégico, cuja relevância estaria centrada nas propensões do Estado, visando seu crescimento e a sua assertividade no sistema internacional, estaríamos nos referindo ao objeto do emprego do Poder Marítimo em seu derradeiro ato de implicação. Quando a concepção se refere ao nível tático, dizendo respeito a particularidades do emprego do Poder Marítimo, define-se o objetivo. Isso porque estaria colaborando para consecução do objeto político. Neste contexto, Mahan reconhecia que obter os objetivos anteriormente mencionados significava possuir uma Força Naval pronta e capaz de neutralizar as Forças Navais oponentes que poderiam interferir ou ameaçar o seu comércio marítimo, acometendo seu crescimento e a sua assertividade no sistema internacional, além de privar o oponente desse comércio (RIBEIRO, 2010; SIMPSON, 1986).

Desse modo, o controle do comércio marítimo era vislumbrado por Mahan como uma atividade imprescindível a ser desempenhada pelas Marinhas, com o desígnio de exercer

o máximo esforço para negar este controle a outros países, fosse por métodos legais e pacíficos, ou pela força, já que as guerras poderiam ser vencidas com o estrangulamento econômico do inimigo e fadadas ao insucesso no caso contrário.

O terceiro fundamento, por sua vez, está relacionado ao domínio do mar e à busca pela batalha decisiva. Para tal, Mahan traça um paralelo entre a guerra naval e os princípios da estratégia terrestre, tendo como preceito primordial da guerra naval a concentração de forças. Sendo assim, a concentração de forças tornou-se o alicerce da estratégia naval, tendo em vista que se incluem neste conceito todos os outros aspectos da eficiência militar em guerra relatada na história. A partir disso, Mahan coaduna o domínio do mar, que é desempenhado por uma vertente militar, o Poder Naval⁷, com os componentes não militares, como o comércio marítimo nas possessões ultramarinas e o acesso privilegiado aos mercados estrangeiros, dos quais provêm a riqueza e a supremacia dos Estados (RIBEIRO,2010).

Por fim, o quarto fundamento teórico, destaca a importância de se disponibilizar bases navais para que os navios realizem reparos, proporcionem o descanso das tripulações e se reabastecessem de viveres, armamento e combustível, a fim de prolongar o tempo de operação da Força Naval em locais distantes, mantendo o seu potencial combatente. Tendo em vista que o consentimento para estabelecer essas bases por outros governos era não muito fidedigno, Mahan preconizava que os Estados deviam estabelecer colônias ou, pelo menos, bases navais autônomas nas localizações que avaliavam ser estrategicamente pertinentes (RIBEIRO, 2010).

Em sua obra Alfred Thayer Mahan também justifica a conquista de colônias e a implementação de bases, em virtude da longa duração das viagens, pela inexistência de um arcabouço jurídico no ambiente marítimo e pela presença de Marinhas estrangeiras oponentes.

⁷ O conceito de Poder Naval, que será empregado nesse estudo, é o mesmo que a Marinha do Brasil emprega na DMN, sendo um componente da Expressão Militar do Poder Nacional e integrante do Poder Marítimo, capaz de atuar no mar, nas águas interiores e em certas áreas terrestres limitadas de interesse para as operações navais, incluindo o espaço aéreo sobrejacente (BRASIL, 2017, grifo nosso). Nota do autor.

Sendo assim, a especificidade estratégica da região dessas possessões determina o caráter comercial ou militar das bases (MAHAN,1987).

Na contemporaneidade, a possessão de colônias não é mais cabível na realidade das relações de Poder entre Estados. Isso porque esta concepção foi sucedida pela instalação, em regiões de relevância, de bases navais que atuam como pontos de apoio logístico a Esquadra (FRIEDMAN, 2001). Não obstante os avanços tecnológicos que fazem com que os atuais navios sejam mais autossuficientes dos que a época contemplada por Alfred Thayer Mahan, permanece com grande pertinência a necessidade de bases ultramarinas, primordialmente em momentos de beligerância entre Estados.

Tendo como referência os quatro fundamentos ora expostos, salienta-se a relevância de Alfred Thayer Mahan como teórico da estratégia naval que, atestado pela história, mostra a assertividade dos Estados que conceberam suas Marinhas sobre os alicerces de seus fundamentos. Essas Marinhas, ao valer-se dos conceitos de Mahan, consagraram-se no cenário internacional como potências marítimas e como instrumento político preponderante de seus Estados. Face ao exposto, analisa-se que a concepção da estratégia marítima de Mahan ecoa pelos tempos, influenciando a formação de Marinhas e sedimentando cada vez mais os seus fundamentos, como o domínio do mar, batalha decisiva, bases navais e Poder Marítimo, além de amalgamar os conceitos da estratégia marítima com o Poder Nacional e o Poder Naval.

2.2 Visão de Mahan sobre as Linhas de Comunicação Marítima, Pontos Focais e Bases Navais Avançadas

O mar, livre de obstáculos e aberto a todos, é, concomitantemente, meio de comunicação e teatro de operações militares. A relevância estratégica do mar advém da

influência que o mesmo exerce sobre a vida em terra, em particular em função do tráfego marítimo e, por conseguinte, dos recursos financeiros provindos do mar. A dimensão propriamente militar da guerra no mar se vincula a uma dimensão econômica. Por sua vez, a dimensão econômica é muito antiga e antecedeu inclusive a dimensão militar (COUTAUBÉGARIE, 2010).

A época de Mahan foi a um período de vertiginosa expansão industrial e de imperialismos, que acarretaram uma necessidade de estabelecer uma exclusividade do comércio entre colônia e metrópole. Sendo assim, uma das maiores preocupações relatadas na referida obra é a conquista de novos mercados. Dessa forma, para lograr esse objetivo, Mahan aponta que seria imprescindível a presença de três elementos: uma Marinha Mercante forte, capaz de transportar os bens para qualquer ponto do mundo; uma Marinha de Guerra capaz de defender as linhas de comunicações marítimas contra potenciais inimigos; e bases navais como ponto de abastecimento e de projeção de poder entre os pontos de partida e chegada ou próximas de pontos focais. Esses três elementos consagrados por Mahan serão analisados a seguir.

2.2.1 Linhas de Comunicação Marítima

Linhas de comunicação, segundo o autor, são rotas de comércio preferenciais escolhidas pelos países, pelos mais diversos motivos (MAHAN, 1987, p. 26). Em sua obra, Mahan faz uma analogia do mar como uma imensa estrada repleta de ameaças. Contudo, transparece de forma clara a preeminência do mar como ambiente mais favorável ao transporte comercial, frente à alternativa terrestre. Para exemplificar, Mahan faz alusão à Holanda, no século XVII-XVIII, proferindo como alegação para essa declaração a reles qualidade das rodovias, os sucessivos roubos de carga no continente e as guerras.

Uma questão adicional remete à relevância da segurança dos portos. De acordo com a obra *“The Influence of Seapower Upon History”*, “Os navios que velejam para ou de algum lugar devem ter portos seguros para os quais retornarem, e o quanto possível, serem seguidos pela proteção de seu país durante a viagem”⁸ (MAHAN, 1987, p. 87, tradução nossa). Na análise feita por Mahan, as ameaças estratégicas no âmbito externo relegam a Marinha de Guerra a um plano ordinário, sendo essa a principal responsável pela proteção anteriormente mencionada. Em virtude de uma maior importância conferida Marinha Mercante, em ato contínuo e intrínseco, ressurgiria a Marinha de Guerra.

Além disso, Mahan expôs que a chave para a conquista da hegemonia mundial poderia estar no controle das linhas de comunicações marítimas e no emprego estratégico do Poder Naval, uma vez que as rotas marítimas são os caminhos naturais por onde escoam as riquezas de um Estado, imprescindíveis ao seu crescimento e enriquecimento (MAHAN, 2003).

Face ao exposto, depreendemos que Mahan vislumbrava que o controle das LCM era fundamental para um Estado proteger o seu comércio exterior, devendo, para isso, se valer de uma Esquadra preeminente e forte, preparada para defender as suas LCM e ameaçar as LCM de seus oponentes sem esforços excessivos, além da aquisição ou conquista de bases avançadas e controle de pontos focais, conforme serão vistos a seguir.

2.2.2 Bases Navais Avançadas

O primordial instrumento para mensurar a grandeza de um Estado está na sua vocação para a expansão política, econômica e cultural, e para dar o alicerce indispensável a um projeto de Estado de expansão, o governo deve dispor de uma concentração de riquezas.

⁸ No original: “The ships that sail to or from anywhere must have secure ports to which to return, and must, as far as possible, be followed by the protection of their country throughout the voyage.” (MAHAN, 1987, p. 87)

Tal lastro tem sua procedência de um volumoso comércio exterior que só pode ser sustentado por uma grande Marinha Mercante, que deve ser defendida por uma armada robusta, apoiada em bases estrategicamente localizadas (COUTAU-BÉGARIE, 2010).

Em virtude da relevância da mobilidade estratégica, as Esquadras tiveram que estabelecer uma relação de maior dependência das bases navais para exercerem o seu poder em territórios longínquos e, para isso, demandariam mais combustível e reparos. Diante disso, um questionamento foi proposto: quão avançadas deveriam se situar as bases fora do território? Para Mahan, as bases navais deveriam se estabelecer em territórios avançados o suficiente a fim de permitirem as forças navais defender as LCM de um Estado desde sua origem até o seu destino. Na visão de Mahan, as Marinhas teriam que ter suas “comunicações asseguradas, quer por esmagador controle do mar, tornando o mar como se fosse seu próprio território ; ou então, por uma linha bem unida de postos adequadamente espaçados a partir do país de origem” (MAHAN *apud* HOLMES; YOSHIHARA, 2009, p. 14, tradução nossa)⁹.

Dessa forma, a fim de realizar o controle e a defesa das LCM, faz-se necessário que o Estado disponha, além de poder militar, de uma posição geográfica favorável em relação a elas, para propiciar que sua força naval permaneça na área por longos períodos e seja apoiada logisticamente sem grandes adversidades. Tal prerrogativa pode ser alcançada, também, por meio de bases navais estabelecidas em pontos estratégicos ou valendo-se de portos dos Estados aliados, permitindo um prolongamento do tempo de operação dos navios.

É imprescindível para o êxito do Poder Marítimo, bem como para os fatores econômicos do Estado, segundo Mahan que as colônias e bases navais avançadas estejam adequadamente estabelecidas para propiciar aos navios de guerra o devido posicionamento ao longo das LCM (HOLMES; YOSHIHARA, 2009).

⁹ No original: “[...] *communications must be assured, either by overwhelming control of the sea, making [the sea] as it were its own territory; or else, by a well-knit line of posts properly spaced from the home country*” (MAHAN *apud* HOLMES; YOSHIHARA, p. 14, 2009)

No que diz respeito ao comércio, Mahan afirma que este se submete a um comportamento de prosperar na paz e sofrer fortes restrições em tempos de guerra. Assim, por esse motivo, deveria ser de conveniência das nações marítimas a manutenção da paz, na qual a Marinha estaria encarregada da continuidade e defesa do comércio marítimo (HOLMES; YOSHIHARA, 2009).

Por conseguinte, Mahan vislumbrava que, para defender as LCM, os Estados deveriam dar mais relevância a expandir as conquistas e aquisições de bases avançadas e pontos estratégicos que tangenciassem essas LCM. Este último ponto será visto a seguir, ao ser abordada a liberdade de navegação.

2.2.3 Pontos Focais

Os pontos focais são, por definição, os eixos de convergência das linhas de comunicação. O seu controle é um fator imprescindível para se salvaguardar o fluxo habitual e assíduo de bens indispensáveis à economia de um Estado. Portanto, para Mahan, o controle ou não desses pontos focais, representaria o fracasso ou sucesso de um Estado marítimo, haja vista que o controle desses pontos por um beligerante significaria a interrupção do fluxo comercial nas linhas de comunicação incidindo no colapso econômico desse Estado e, conseqüentemente, em sua derrota. Sendo assim, Mahan destacava a importância da visualização dos pontos focais e de sua defesa para evitar a interrupção dessas rotas marítimas por beligerantes, conforme relatado abaixo:

Com a iminente construção do canal cortando o istmo da América Central, o Mar do Caribe transformar-se-á numa das maiores rotas marítimas do mundo. A posição dos Estados Unidos [da América] será parecida com a da Inglaterra (*sic*) em relação ao Canal da Mancha. Então, a América (*sic*) será motivada a construir uma marinha e será compelida a adquirir bases em regiões que permitam que suas frotas se situem tão perto da cena quanto seus oponentes (MAHAN *apud* PARET, 2001, p. 613).

Dessa forma, as forças navais, são necessárias para defender não só as frotas de mercantes e as linhas de comunicações marítimas contra inimigos, mas também os pontos

focais por meio dos quais convergem diversas linhas de comunicação, revelando o seu caráter estratégico.

2.3 Análises da Teoria apresentada

Durante o desenvolvimento da teoria apresentada, pode-se analisar a relevância dos pontos focais para a prosperidade dos Estados. A obra “*The influence of sea power upon history*” revela a essência do pensamento estratégico naval de Alfred Mahan. Isso porque, nesta obra, o autor fomentou e compôs suas teorias e doutrinas, revisando historicamente os principais eventos navais e formulando os princípios da estratégia marítima, que permanecem pertinentes ao longo do tempo. Sendo assim, é verossímil admitir que a perspectiva geoestratégica de Mahan ainda perdura de forma relevante para o estudo do mar no âmbito do Poder Marítimo.

Em seus fundamentos teóricos, Mahan se referia às comunicações marítimas como linha estratégicas, nas quais o Estado deveria dar essencial importância ao controle, a fim de manter a livre mobilidade no mar. Essas linhas se revestem de suma relevância, tanto no âmbito da estratégia como no da política e no militar, contribuindo de forma preponderante para autonomia e crescimento econômico, além de determinar o poder do Estado.

Compreende-se, também, que Alfred Thayer Mahan era enfático na importância de se ter uma postura de imposição da força no mar de modo a alcançar seu controle absoluto que, por sua vez, se manifestaria sob a liberdade total de atuação no mar e sob a negação de qualquer liberdade de ação às Marinhas inimigas, sob pena de sua aniquilação que, por sua vez, figura em seus fundamentos como o maior objetivo de uma Esquadra. Esse controle do mar representaria o meio de imposição do Poder Marítimo, que deve ser composto de uma vultosa Marinha Mercante e de uma forte Força Naval, além de portos de apoio, de bases navais fora do seu território e de pontos de apoio próximos às grandes rotas marítimas. Por

consequente, LCM seguras significariam ter o controle do mar e para tal seriam necessárias as Esquadras, sendo essas o meio bélico propício a garantir esse controle, segurança e manutenção do Poder Marítimo.

Ressalta-se, desse modo, que é primordial que o Estado mantenha seu comércio exterior livre e seguro por todas as rotas marítimas, além de bases para o fomento e expansão de suas riquezas. É necessário também que o Estado mantenha uma relação de compromisso com a defesa das LCM, a fim de preservar suas ambições econômicas, tendo em vista que o comércio marítimo é muito vulnerável seja qual for à interrupção.

É importante notar que na atualidade os Estados vêm uma nova corrida por mercados, que pode se manifestar de modo a promover o fornecimento de matéria prima, para absorver os produtos e bens produzidos e/ou de buscar constantemente uma posição ativa e de destaque no sistema internacional. Sendo assim, a Índia, em ressonância com as aspirações anteriormente mencionadas, tem expandindo seu comércio e buscando novos mercados externos por meio de uma política de Estado. Conseqüentemente, esta postura vem gerando choque de interesses com outros Estados, o que torna imprescindível uma Esquadra preponderante, forte, atuante e capaz de salvaguardar os interesses da Índia, sobretudo dentro do entorno estratégico.

Por fim, cabe destacar que, tendo analisado os conceitos teóricos de Alfred Thayer Mahan, será apresentada, no próximo capítulo, a conjuntura que envolve a Estratégia Naval da Índia, sua expansão em direção a uma “Marinha de Águas Azuis” e a relação com a região do Oceano Índico, atuando na defesa de seus interesses marítimos capitais.

3 O CAMINHAR DA ESTRATÉGIA NAVAL DA INDIA EM DIREÇÃO ÀS ÁGUAS AZUIS

3.1 Contextualização da Região do Oceano Índico

Não obstante a sua dimensão inferior à dos Oceanos Atlântico e Pacífico, o Oceano Índico é o terceiro maior do mundo, margeando em torno de 40 Estados entre a costa leste da África e a costa ocidental da Austrália. Destaca-se ainda, dentro de sua área, de cerca de 74 milhões de km², a presença do Mar Vermelho e do Golfo Pérsico, além de ser dominado por duas baías imensas, o Mar Arábico e a Baía de Bengala.

A relevância estratégica do Oceano Índico está firmada, primordialmente, no seu posicionamento em relação às rotas comerciais, tendo em vista que seu acesso é limitado pelos seguintes pontos focais: por leste, através dos Estreitos de Málaca, de Sunda, de Lombok e de Ombai-Wetar; pelo norte, através do Estreito de Bab El-Mandeb, localizado no final do Mar Vermelho, e do Estreito de Ormuz na saída do Golfo Pérsico; e por oeste, através do Cabo da Boa Esperança (KUMAR, 2009). Os referidos pontos focais possuem em suas proximidades, inúmeros arquipélagos e penínsulas, por onde passa a maioria do tráfego oriundo do Atlântico para o Pacífico e vice-versa (FIG.1).

A região do Oceano Índico abarca aproximadamente um terço da população mundial, sendo responsável pelas principais linhas de comunicação marítimas e pelo tráfego de 80% do petróleo e 50% dos contêineres mundiais. Além disso, 75% do suprimento de energia da Índia passam por esta região (MULLEN; POPLIN, 2015), com previsões que indicam um aumento para 90% em 2020.

Segundo Kaplan (2013), a ROI representa uma das mais preponderantes rotas marítimas de petróleo, englobando quatro dos oito pontos focais marítimos críticos do mundo, sendo esses os principais pontos focais do comércio mundial, como os Estreitos de

Bab el Mandeb, de Ormuz e de Málaca. Além do mais, 40% de todo comércio mundial passa pelo Estreito de Málaca e 40% de todo o petróleo bruto negociado no mundo passa através do Estreito de Ormuz. Atualmente, o Oceano Índico desponta estrategicamente como indispensável rota marítima energética e comercial entre Estados, tendo essa importância uma perspectiva de ascendência no futuro (FIG.2).

O Oceano Índico, está inserido em uma região rica em recursos energéticos, principalmente o petróleo e o gás natural, o que implica uma preponderância no contexto global, conforme atestado pelo Contra-Almirante Alfred Thayer Mahan na seguinte citação: “Quem controlar o Oceano Índico dominará à Ásia. No século XXI este Oceano será a chave para os sete mares. O destino das nações será decidido nessas águas.” (MAHAN *apud* HOLMES; WINNER e YOSHIHARA, 2009, p.132, tradução nossa).¹⁰

Dadas suas especificidades, o Oceano Índico vem sendo motivo de inúmeras controvérsias e disputas entre Estados em crescimento econômico e potências consolidadas, que dependem do comércio marítimo e das linhas de comunicação marítimas que suportam sua demanda energética. Ressalta-se ainda a contemporânea exploração de minerais em águas profundas (nódulos poli metálicos) (THE GUARDIAN, 2012). Assim, face aos aspectos geoeconômicos supracitados atesta-se o fato de a região do Oceano Índico ter registrado o maior número de conflitos do pós-Guerra Fria no mundo (REDDY, 2013, p. 16).

3.1.1 A Índia e o Oceano Indico

A Índia usufrui de uma posição estratégica no Oceano Índico, estabelecendo-se na maior rota de navios mercantes, do Golfo Pérsico ao Estreito de Málaca. Além disso, é detentora de uma linha de costa de 7.500 km e demarcada com mais de 200 portos, um

¹⁰ “Whoever controls the Indian Ocean will dominate Asia. In the 21st century this ocean will be the key to the seven seas. The destiny of the nations will be decided in these Waters”. (MAHAN *apud* HOLMES; WINNER e YOSHIHARA, 2009, p.132).

considerável litoral, uma significativa zona econômica exclusiva (ZEE) com mais de 2,1 milhões de km² e mais de 1.200 ilhas são alguns dos ativos marítimos indianos que podem ser alvos de ambição em conjunturas de tensão (PRAKASH,2007).

O Oceano Índico reveste-se de primordial relevância por sua posição geoestratégica, bem como em razão dos interesses marítimos do Estado Indiano. O peso estratégico conferido a esta região, seja por suas vultosas reservas de petróleo, seja por seus pontos focais de grande relevância, faz com que uma eventual interrupção do tráfego marítimo nessa região resulte em consideráveis reveses à economia mundial. Sendo assim, a ROI, em especial o entorno próximo aos estreitos anteriormente mencionados, confere uma fragilidade significativa não só para Índia, mas também a uma pluralidade de Estados que dependem do transporte marítimo comercial na região, o que torna a possibilidade de um conflito e uma conseqüente interrupção das rotas de comércio marítimo que passam por esses estreitos uma grande vulnerabilidade estratégica.

Ressalta-se a importância das LCM para a Índia em virtude de 70% do total do tráfego de derivados de petróleo, 30% do tráfego de carga a granel e 50% do tráfego mundial de contêineres passam por essas via no Oceano Índico estando intrinsecamente ligadas ao seu crescimento econômico (INDIA, 2015).

Tendo em vista o viés econômico intrínseco às transações comerciais e no acesso as fontes de energia, que ocorrem nas extensas LCM do Oceano Índico, deve ser considerada a crescente relevância dada pela Índia as LCM e a sua influência no crescimento econômico do referido Estado. Para sustentar tais anseios, o Estado indiano reformulou sua Doutrina e sua Estratégia, de forma a manifestar a sua vontade de ter um considerável peso no campo militar e, assim, manter uma relação de preponderância na ROI, bem como garantir seu desenvolvimento econômico e sua segurança.

No que tange ao ponto de vista estratégico, a proteção das LCM tem fundamental

preponderância sob duas perspectivas: a primeira é a correlação entre Poder Naval e econômico, alicerçado na teoria de Alfred Mahan, de que o comércio é imprescindível para o poder marítimo. A segunda perspectiva relata a consciência das ameaças às LCM, advindas de potências como a República Popular da China (RPC) e o Paquistão (COLLINS; ERICKSON; GOLDSTEIN, 2008). Conclui-se que a proteção e o controle das LCM, por meio de um Poder Naval fortalecido e presente, assegura uma pujança econômica e, conseqüentemente, o crescimento e desenvolvimento do Estado que detém esse controle.

3.2 O Poder Naval Indiano

No início do século XXI, a análise de especialistas ocidentais apontava para uma obsolescência da Marinha Indiana. A maior parte de seus navios e submarinos possuía mais de 20 anos e careciam de substituição. Todavia ao final dos anos 1990, o Estado indiano instaurou um impetuoso programa de modernização e reaparelhamento de suas Forças Armadas. O crescimento econômico da Índia lhe proporcionou a capacidade financeira para prosseguir com os seus planos de expansão e desenvolvimento naval (BERLIN, 2006).

Um dos mais renomados e influentes pensadores indianos, Kavalam Madhava Panikkar, em sua obra *“India and the Indian Ocean: An Essay on the influence of Sea Power on Indian History”*¹¹(1945) discorre sobre a necessidade de modernização da Marinha da Índia, para fazer frente às novas ameaças regionais e extrarregionais. Em sua obra, Panikkar intervém a favor de uma estratégia que tangencia a teoria de Julian Corbett (1854-1922), de negar o uso do mar a potências externas e de controle das LCM indianas, contudo é notória em sua obra a ascendência das teorias do Contra-Almirante Alfred Thayer Mahan. Além do mais, Panikkar afirma de forma categórica que a Índia se manteve independente à medida que

¹¹ Índia e o Oceano Índico: Um ensaio sobre a influência do Poder Naval na história indiana. (Tradução nossa).

detinha o controle do mar e por esse motivo seu futuro se delinaria pelo mar e não pela terra, como outros estrategistas indianos analisaram.

Apesar de a Índia ter uma histórica parceria militar com a atual Federação da Rússia, essa política de cooperação tem sido remodelada com o propósito de adquirir equipamentos e sistemas com alta tecnologia e de última geração, procedentes de novos atores internacionais como o Japão, EUA, Coreia do Sul e Israel (HEDRICK, 2009). Nesse viés, destaca-se a relevância de uma estreita parceria estratégica indo-estadunidense, que acarretaria uma oportunidade de transferência de tecnologia, acesso a modernos armamentos e sistemas avançados. Além disso, é importante notar a relevância da possibilidade de se adestrar com uma Marinha consagrada e com *expertise* em conflitos internacionais. Com isso, a Marinha Indiana tem tido a oportunidade de expor em uma conjuntura internacional o seu novo e futuro Poder Naval, tornando-se a mais poderosa força naval entre os países banhados pelo Oceano Índico e já gozando de grande prestígio internacional, embora ainda tenha problemas a resolver e limitações a superar.

Os gastos com Defesa, divulgados oficialmente pela Índia para o período de 2017 foram de 3,7% do seu Produto Interno Bruto (PIB). Nesse sentido também é relevante apontar que a Índia é classificada como o 5º maior em gastos com Defesa dentre os Estados considerados detentores de expressivo poderio militar (FIG.3). Vale sublinhar também que a atividade militar é distinguida pelo uso da força ou ameaça do seu uso. O caráter militar é o âmago do Poder Naval. Assim, o Poder Naval deve estar apto a intervir no mar e projetar-se sobre terra, em operações ofensivas contra forças hostis, território e comércio marítimo, bem como comandar operações de defesa do território, do comércio marítimo e da própria força. Cabe ressaltar, ao assinalar os objetivos de segurança nacionais, os factíveis cenários de emprego do Poder Naval indiano para as próximas décadas, em que se inclui a salvaguarda e segurança das LCM no Oceano Índico (INDIA, 2009).

3.3 Estratégia naval em direção as águas azuis

A estratégia concebida por um Estado para emprego do seu Poder Naval deve ser traçada de acordo com os objetivos diretamente pertinentes aos interesses do Estado e contrariamente as prováveis ameaças que potencialmente o possam ou venham a acometer na consecução ou manutenção desses interesses (RAHAN, 2006). Foi baseado nesse conceito que a Marinha indiana, em 2007, publicou sua primeira estratégia naval, sob a denominação de “*Freedom to use the Seas: India’s Maritime Military Strategy*”¹²(IMMS-2007). O arcabouço desta estratégia está baseado nas concepções estratégicas, econômicas e geopolíticas de interesse da Índia, dando ênfase na necessidade de se assegurar, primordialmente, as importações de fontes energéticas imprescindíveis para manutenção do seu desenvolvimento.

Em outubro de 2015 a Índia trouxe a conhecimento público a sua mais recente estratégia marítima, intitulada “*Ensuring Secure Seas: Indian Maritime Security Strategy*”¹³, (IMSS-2015) cujo sustentáculo está na *Indian Maritime Doctrine*¹⁴ (IMD-2009), revisada em 2009. Com um viés mais ambicioso, a IMSS-2015 ressalta uma preocupação pela segurança marítima, não se limitando ao Oceano Índico, mas se expandindo a todos os mares. Essa perspectiva estratégica não se dá fortuitamente, tendo em vista seu comércio exterior por vias marítimas ainda contempla 90% em volume e 70% em valor (IMSS, 2015). Face ao exposto, vários pensadores e estrategistas indianos contextualizam o século XXI como “século dos mares” para a Índia, permanecendo os mares no seu papel de ator principal para o alavancar da Índia como uma potência global. Conseqüentemente, a Marinha abarca uma profusa diversidade de tarefas a executar, e cada vez mais distantes de suas águas jurisdicionais,

¹² Liberdade de usar os Mares: Estratégia Marítima Militar da Índia. (Tradução nossa).

¹³ Garantir Mares Seguros: Estratégia de Segurança Marítima Indiana. (Tradução nossa).

¹⁴ Doutrina Marítima Indiana

todavia alinhadas e junto às propensões da Índia, principalmente no que tange a assegurar o fornecimento de suas fontes energéticas e de matérias-primas.

No presente século houve a constatação pela Índia da obsolescência de seu inventário de meios. Sendo assim, passou a investir na compra e produção de meios navais modernos, tais como submarinos nucleares e convencionais, fragatas, navios aeródromos, aeronaves e mísseis. O Ministério da Defesa indiano passou a receber robustecidos investimentos mostrando assim, a preocupação da Índia com a modernização de suas Forças Armadas. Para consecução de tal empreendimento, foi estabelecido um cronogramas com metas e o aporte contínuo de recursos financeiros pelo menos até 2022, quando se vislumbra que ocorrerá o avanço e transformação da Marinha da Índia de “Marinha de Águas Verdes”¹⁵ para uma “Marinha de Águas Azuis” (HOLMES; WINNER; YOSHIHARA, 2009).

Com a expansão da sua área de influência e atuação no Oceano Índico, a Índia passou a projetar o seu Poder Naval para além de suas áreas regulares de intervenção. A estratégia, na proporção que a Índia está percorrendo com êxito o rumo em direção a uma Marinha de águas azuis, deixando translucido que o mar terá um papel essencial na história do mundo (PANIKKAR, 1945).

Em face do exposto, destaca-se o relevante papel dos conceitos de Mahanianos, expressados na importância da construção de navios de grande porte capacitados a operar em águas distantes do litoral. Haja vista, os explícitos desígnios da Índia em estender sua área de influência e atuação para além de suas águas jurisdicionais e analisando o contexto a luz de Mahan, depreende-se que a Índia, com seu pensamento estratégico naval, almeja defender o seu Poder Marítimo e aumentar a sua ascendência na ROI, por meio de uma “Marinha de Águas Azuis”.

¹⁵ Marinha que opera em águas costeiras.

4 INTERESSES ESTRATÉGICOS DA ÍNDIA NO OCEANO ÍNDICO

Segundo a ótica indiana, para o delineamento de uma estratégia devem ser considerados aspectos relacionados aos interesses que podem ser ameaçados, às ameaças reais ou potenciais a esses interesses e à composição de forças capaz de confrontar a tais ameaças. O incremento desses aspectos está diretamente ligado à prosperidade do Poder Naval do Estado (ÍNDIA, 2015).

O espaço geográfico da África Meridional e do Estreito de Ormuz à Austrália e ao Estreito de Málaca, bem como da Ásia Meridional à Antártica, remetem grande importância estratégica para Índia. Em virtude da escassez de recursos, da busca por fontes de energia e da ameaça às rotas internacionais de comércio, a referida área é envolta de relevantes interesses advindos de diversos Estados que transcendem o seu entorno. Todavia, o crescimento econômico da Índia, bem como o a sua inserção no contexto global levaram-na à condição de potência regional emergente.

Na região do Oceano Índico está presente os estreitos mais importantes do mundo. Destaca-se os quatro estreitos de maior relevância para a Índia que são o Bad-el-Mandeb, Ormuz e Málaca. Com isso, é notória a importância das LCM para Índia. Sendo assim, cabe ressaltar que as LCM são de vital importância para Índia, mostrando-se de extrema relevância para que a ROI permaneça livre de ameaças que atuem contra o tráfego marítimo de interesse indiano (ÍNDIA, 2009).

Dentre as LCM na ROI, são de primordial relevância as seguintes: a leste, as LCM que ligam o Mar do Sul da China ao Oceano Índico pelos estreitos de Málaca, Lombok e Sunda. Destaca-se o estreito de Málaca como o mais importante em virtude de sua demanda, pois por ele trafegam, anualmente, mais de 60.000 navios. Além do mais, em torno de 10 milhões de barris de petróleo consumidos pelo Japão, pela Coreia do Sul, pela RPC e por

outros Estados do Pacífico passam, diariamente, por esse estreito. O oeste do Oceano Índico, ressalta-se como principal LCM que liga o referido Oceano ao Golfo Pérsico, por meio do estreito de Ormuz. Destaca-se que, cerca de 15.5 milhões de barris de petróleo são transportados, todos os dias, por essa via que, a partir do Golfo Pérsico, e cruzam o Estreito de Ormuz em direção aos mercados consumidores (FIG.4) (INDIA, 2015).

A área de maior importância definida pela estratégia marítima militar da Índia estende-se do Mar da Arábia e da Baía de Bengala, ao Estreito de Ormuz que liga o Oceano Índico ao Golfo Pérsico, sendo este último a fonte da maior parte do abastecimento de petróleo indiano, além de ser a primordial LCM que permeia a ROI (INDIA, 2015). Nesse sentido é importante ressaltar que a Índia, ao lado dos EUA e da RPC, representa um dos maiores consumidores mundiais de energia. Ressalta-se também que mais de 70% do petróleo da Índia é importado da região supracitada (KAPLAN, 2009).

Face ao exposto, é natural na análise da atual conjuntura da Índia constatar uma forte presença do pensamento Mahaniano na concepção de sua estratégia naval. A referida estratégia prioriza e concede relevância ao controle de essenciais pontos geográficos de acesso a estreitos, com vultoso peso estratégico, como os de Bab-el-Mandeb, Ormuz e Málaga, além de incontáveis arquipélagos e penínsulas, utilizados como LCM para a maioria do tráfego marítimo proveniente e destinado aos Oceanos Atlântico e Pacífico.

Dessa forma, as LCM que trafegam na ROI, detêm relevantes fatores econômicos e estratégicos, cujas interrupções poderão ter seus efeitos sentidos por diversos Estados, o que torna fácil a percepção da posição privilegiada da Índia no Oceano Índico. Sendo assim, para Índia, a segurança das LCM de seu interesse, bem como dos principais pontos focais, são indispensáveis para o seu crescimento econômico estando intimamente vinculados com o comércio marítimo e com o petróleo importado e trafegado por essas vias marítimas.

Tendo em vista que a crescente importância geopolítica da ROI vem despertando o interesse de outros atores de relevância internacional, faz-se necessária a implementação pela Índia de uma adequada estratégia naval a fim de atender a seus interesses, assegurando a sua prosperidade econômica, por meio do controle dos pontos estratégicos e a manutenção das LCM.

4.1 A Estratégia Marítima da Índia de 2007: O Prelúdio para o Imperialismo

A Estratégia Marítima da Índia de 2007 (IMMS-2007) é um símbolo de inovação da Marinha indiana, haja vista que foi a primeira estratégia naval escrita pela Índia. Estruturada para ser concretizada ao longo de 15 anos, a referida estratégia evidencia que a Índia ainda estava em processo de alcançar seu potencial total enquanto força naval, com pretensão de se tornar uma força marítima de grande envergadura em uma década, quando as tecnologias em fase inicial, à época, estiverem realmente incorporadas e em funcionamento. Conforme a IMMS-2007, um dos seus objetivos é desenvolver o potencial de dissuasão, no que lhe concerne deter uma capacidade que demanda uma permanente preparação, estando permanentemente pronto para responder a um eventual conflito armado, além do mais a referida estratégia orienta o rumo para a conquista da “Marinha de Águas Azuis”.

A IMMS-2007 fundamenta-se em três pontos: o emprego dos meios navais em tempos de paz, em tempos de guerra e a consolidação da Marinha de Guerra por meio da construção naval em território nacional e da obtenção de meios mais modernos.

Os aspectos determinantes para delinear a Estratégia Marítima da Índia de 2007 eram variados. Primeiramente, o estágio de “paz violenta” estabelecida, apesar dos diversos conflitos emergindo na Região do Oceano Índico. A proliferação de armas de destruição em massa e a posse de armamento nuclear por parte de países fronteiriços influenciam sobremaneira a balança de poder e o tipo de ameaça enfrentada pela Índia. O segundo aspecto

refere-se ao favorável desempenho econômico da Índia, o que acarretou em uma maior dependência do comércio marítimo. Isso porque o crescimento da atividade comercial marítima requer uma força naval à altura para assegurar as linhas de comunicação mais essenciais para o Estado (MAHAN, 1987, pp. 25-26; ÍNDIA, 2007, p. 10). O terceiro aspecto, por sua vez, aborda a mudança de postura da Marinha da Índia que passa a ser reconhecida como extensão formal da política externa do Estado, sendo responsável por estreitar laços com outras Marinhas, particularmente àquelas lindeiras à ROI (RAO, 2013, pp. 1-2). O quarto aspecto relaciona o melhor desempenho econômico com a maior destinação de recursos para incentivar a construção de meios navais, privilegiando a fomentação da indústria de construção naval nacional, que chamada de “indianização” (ÍNDIA, 2007, pp. 12-13). Destaca-se a mudança de paradigma da Índia que, em toda a sua história contemporânea, relegou a segundo plano o orçamento de Defesa destinado à Marinha.

Note-se que está presente na IMMS-2007 a abrangência geográfica de maior relevância para Índia, dividindo-a em áreas primárias e secundárias de interesse. As seguintes áreas primárias de interesse são citadas: Mar da Arábia e Baía de Bengala (ÍNDIA, 2007, p. 58 e 59), os quais encerram a totalidade do mar territorial e ZEE (FIG.5) e territórios insulares indianos; pontos de acesso ao Oceano Índico, destacando-se os Estreitos de Málaca, Ormuz e Bal-el-Mandeb e o Cabo da Boa Esperança; Estados arquipelágicos do Índico; Golfo Pérsico; e as principais LCM que cruzam o Índico. Além dessas, são citadas áreas secundárias, como a porção sul do Oceano Índico, o Mar Vermelho, o Mar do Sul da China e a região do Pacífico Leste¹⁶.

A divisão das áreas de interesse tem origem no reconhecimento da própria Marinha da Índia de sua dificuldade, em 2007, para atuar nas áreas secundárias. Assim, a IMMS-2007 é categórica ao declarar que “esta estratégia focará apenas nas áreas primárias”

¹⁶ “*The East Pacific Region*”. Entende-se que a intenção tenha sido escrever “*Pacific Region in the Eastern Hemisphere*”, ou seja, a porção do Pacífico no Hemisfério Oriental. A informação parece ter sido corrigida na IMSS-2015 que substituiu essa expressão por “*Western Pacific Ocean*”.

(ÍNDIA, 2007, p. 60). O documento salienta, contudo, que as áreas secundárias de interesse poderão ser objetivos de vindouros desdobramentos.

No que tange às áreas primárias, faz jus reflexão a respeito da seleção de cada uma delas, à luz dos preceitos estabelecidos por Mahan. Iniciando pelo Mar da Arábia e Baía de Bengala, mencioná-los parece uma redundância proposital, em relação às LCM. Entretanto, ressaltar as duas partes setentrionais daquele Oceano são vitais, visando não somente usufruir da defesa em profundidade de sua ZEE e litoral, mas também a controlar o acesso à vizinhança imediata, principalmente do Paquistão e Ormuz.

No que se refere às possessões insulares, as mesmas são caracterizadas como “pontos avançados de projeção” (ÍNDIA, 2007, p. 11) da Marinha da Índia. Nesse sentido, essas possessões são vislumbradas como requisitos para conquista de objetivos, vide a proximidade entre as Ilhas Nicobar e o Estreito de Málaca. Essa seria uma possível resposta ao Colar de Pérolas¹⁷ chinês, onde a IMMS-2007 abrange como área primária de interesse os estados arquipelágicos, utilizando-se da disseminação da referida estratégia naval para mostrar à RPC o empenho indiano em acompanhar as parcerias chinesas e, também, dar notoriedade ao fato de a Índia ter igualmente concretizado suas alianças.

O controle dos pontos focais ao Índico manifesta a intenção indiana em assegurar o fluxo de suas LCM, tendo em vista que esses pontos são os mais favoráveis ao estabelecimento de uma estratégia de negação do uso do mar direcionada a potenciais adversários, ou por eles dirigida contra a Marinha da Índia, já que os mesmos são pontos preferenciais para a operação de submarinos.

A presença da região do Golfo Pérsico como área primária de interesse é uma óbvia alusão à dependência indiana de hidrocarbonetos (FIG.6). Essa escolha fundamenta-se

¹⁷ De acordo com Mahadevan (2014), a teoria do Colar de Pérolas postula que, sob o pretexto de construir infraestruturas marítimas ao longo da periferia da ROI, a RPC pode chegar a acordos secretos com os governos locais para criar instalações de dupla utilização que proporcionariam um quadro favorável para o estabelecimento posterior de bases navais.

por meio de um conceito duplo de segurança energética, combinando segurança energética (*Energy Security*), que se refere à consecução de uma matriz energética eficiente e diversificada e o conceito de segurança da energia (*Security of Energy*), sendo que este complementa o primeiro e está associado à segurança das instalações e dos meios de transporte de seus insumos. O conceito de segurança da energia, presente na IMMS-2007, é complementado e atualizado posteriormente na Estratégia Marítima da Índia de 2015 que aborda a “segurança energética associada à segurança da energia”¹⁸.

Assim, o que se depreende dos fatos anteriormente mencionados é que a classificação dos entornos de interesses em primários e secundários está intrinsicamente ligada à Política Externa indiana. Esta, por sua vez, demarca as regiões mais interessantes economicamente e estrategicamente para o país. No âmbito da IMMS-2007, os interesses estavam dispostos em consonância com as áreas de maior índice de exportação de petróleo e gás para a Índia.

A IMMS-2007 define as ameaças e oportunidades dentro dos interesses da Índia tomando como base a sua posição privilegiada e central na ROI. Sendo assim, as oportunidades referem-se às regiões com as quais o governo indiano já buscava estreitar laços e nas quais estavam concentrados os esforços econômicos à época: o Sudeste Asiático, o Golfo Pérsico, a África, a Ásia Central, a Europa e os EUA. No que tange ao campo das ameaças, citam-se o terrorismo, a pirataria, o narcotráfico, o tráfico de armas e as migrações (RAO, 2013, p. 3), além das desavenças com os Estados cujas relações bilaterais com a Índia são historicamente complicadas, como o Paquistão.

¹⁸ Segundo a Estratégia Marítima de 2015, “Segurança Energética” se refere à manutenção do suprimento de energia necessária para manter o desenvolvimento econômico da Índia. Já “Segurança da Energia” é o conceito que abarca a proteção, por meios navais, das linhas de comunicação marítimas. Desse modo, “Segurança Energética associada à Segurança da Energia” indica a necessidade de fortalecer a segurança das linhas de comunicação marítimas para garantir, em tempos de paz e conflito, o suprimento de petróleo e gás para a Índia.

A RPC é referida nominalmente, em especial pelo processo de modernização pela qual passa sua Marinha. A IMMS-2007 dá especial relevância ao programa de porta-aviões e os projetos de construção de submarinos balísticos nucleares da RPC. Notadamente, o principal meio naval para projeção de poder e principais meios para negação do uso do mar, respectivamente, além de também servirem para projeção de poder (ÍNDIA, 2007, pp. 39-41).

Face ao documentado na IMMS-2007, é notória a apreensão da Índia pela expansão naval chinesa em curso na ROI. Fato que coaduna com essa apreensão indiana é a parceria firmada entre RPC e Paquistão, Estados estes que, já em 2007, estavam empenhados na primeira fase de construção do porto de Gwadar, no Mar Árábico (ÍNDIA, 2007, p. 76).

Ressalta-se que, no que diz respeito às ações práticas da Marinha da Índia, estas podem ser subdivididas em quatro tipos: as benignas, a policial, a militar e a diplomática. Contudo, o presente estudo dará enfoque nas duas últimas, uma vez que estas são de caráter militar naval e diplomático.

A ações práticas de aspecto militar naval englobam a dissuasão nuclear prevista contra outros Estados, a negação do uso do mar a potências extrarregionais que se caracterizem como ameaça e o controle do mar no Mar Árábico, na Baía de Bengala e nos estreitos (ÍNDIA, 2007, p. 76). Quanto à dissuasão nuclear, destaca-se sua característica enquanto estratégia para tempos de paz. Com o nível de destruição inerente a este tipo de armamento, a Marinha da Índia admite que seu *status* de país nuclearizado represente um fator de intimidação frente a outros países, limitando, assim, a possibilidade de ações diretas hostis de outros Estados. Assim, a Doutrina Nuclear da Índia é baseada no princípio básico do “*No First Use*” quando confrontada com outro país nuclearizado e do não-uso absoluto contra Estados não possuidores de tal armamento, o que remete ao emprego do arsenal nuclear somente para fim retaliatório. Neste contexto, o Poder Naval e sua capacidade de emprego

nuclear são dos mais relevantes, haja vista que o meio mais propício do arsenal de um Estado para um eventual segundo ataque é o submarino balístico nuclear (ÍNDIA, 2007, p. 76).

A missão diplomática, por sua vez, estabelece a aproximação e o estreitamento de laços com marinhas estrangeiras, de modo a complementar a diplomacia. Essa estratégia menciona duas ações, ambas relacionadas ao uso do meio naval em apoio à diplomacia. A primeira ação consiste no emprego do *hard power* (i.e. poder bruto) da Marinha da Índia, por meio da realização de exercícios transnacionais. É importante destacar que, em 2007, esses exercícios foram limitados a um pequeno número de exercícios navais. Contudo, permaneceu a sua grande relevância para a política de aproximação indiana com diversos Estados de interesse. Por conseguinte, a IMMS-2007 previa o emprego do *soft power* (i.e. poder brando) da Marinha indiana, como instrumento de estabelecimento de compromissos com Estados do entorno estratégico da ROI, destacando-se aqueles em pontos de acesso ao Índico (ÍNDIA, 2007, p. 87).

A IMMS-2007 sugeriu como *soft power* o emprego de atividades e recursos de hidrografia, além da participação em atividades benignas junto a esses países de interesse. Sendo assim, a Estratégia Marítima de 2007 ressalta a mobilidade, a versatilidade e o alcance do poder naval com instrumento de grande importância para complementar ao serviço diplomático (ÍNDIA, 2007, p. 71).

Uma primeira análise da Estratégia Marítima Indiana de 2007 indica um momento de mudança do paradigma continentalista, vigente por décadas (ÍNDIA, 2007, p.130), para uma Índia voltada para o mar. Isso porque apontava-se como projeto o alcance da posição de grande potência e buscava-se, assim, inserir a Índia dentro de um contexto de relevância internacional.

Além disso, a IMMS-2007 mostra-se comedida em suas ambições, principalmente no que tange à visivelmente modesta delimitação do entorno primário, embora a Índia

promulgue pelo seu “destino manifesto”¹⁹ em todo o Índico. A região que realmente foi dada relevância na IMMS-2007 foi o norte do Oceano Índico. Assim, a referida estratégia é efetiva ao salientar a limitação da Marinha, reconhecendo a inaptidão para se contrapor a crescente presença chinesa em seu entorno primário. Sendo assim, o intuito da IMMS-2007 era o de dar a base necessária para o crescimento de sua Marinha diminuindo ao longo do tempo a sua inferioridade estratégica para, no futuro, ascender à almejada Marinha de Águas Azuis.

A Marinha da Índia, estava destinada em virtude de uma mentalidade continentalista da Índia a ser condenada a um papel coadjuvante como força militar, atuando em apoio às atividades em terra. Nesta perspectiva, o pioneirismo da IMMS-2007 veio atribuir à instituição tarefas de maior vulto político-militar, o que gerou uma impressão mais ofensiva, como destaca o seu próprio epílogo²⁰. Os documentos que se seguem após a IMMS-2007 mostram a evolução do pensamento estratégico da Índia em consonância com o crescimento da importância geopolítica do Oceano Índico.

Destaca-se, por fim, que a IMMS-2007, que deveria ser atualizada apenas em 2022, foi, contudo, substituída pela IMSS de 2015, que altera o entendimento de alguns conceitos e adicionando outros, devido ao novo momento da política externa indiana. Para melhor compreender esse cenário, essas mudanças serão analisadas e apresentadas na seção 4.2.

4.2 A Estratégia Marítima da Índia de 2015: Política Imperialista e o Projeto de Poder

A Estratégia Marítima de 2015 (IMSS-2015) tem sua essência fundamentada em três tópicos: a segurança das rotas comerciais e energéticas por via marítima, especialmente na região do Oceano Índico, levando em consideração as suas consequências sobre as

¹⁹ O uso do termo “destino manifesto” (ÍNDIA, 2009, Prefácio) serve para demonstrar que há um fundo histórico para a primazia da Índia no Oceano Índico.

²⁰ Como transcrito da publicação: “Esta estratégia é claramente baseada na dissuasão com tons ofensivos.” (p. 131, tradução nossa).

economias globais e os interesses nacionais da Índia; a importância de manter a liberdade de navegação e fortalecer o regime jurídico internacional no mar, em particular a Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (CNUDM); e a importância na realização de exercícios e missões de cooperação entre as várias marinhas do mundo no combate a ameaças comuns no mar.

Sendo assim, a IMSS-2015 transmite no seu escopo uma postura de maior abertura comercial, com vistas a expandir a presença indiana em outros continentes e com vistas a dar continuidade à promoção de investimentos na Marinha de Guerra, iniciada pelo governo do Primeiro Ministro da Índia Manmoham Singh (2004-2014) e levada à frente pelo atual governo de Narendra Modi (2014 -).

Diante das consistentes mudanças no contexto das relações internacionais, a Índia tem que adaptar a sua inserção internacional, alterando não apenas os alcances dos entornos estratégico primário e secundário, como também a premissa da Estratégia em si. Desse modo, a partir de então, ao invés da manutenção da distribuição de poder, a Marinha passou a ter a tarefa de projeção e ampliação do Poder do Estado. Ao invés de liberdade de navegação, como denotava o escopo da IMMS-2007 (“*Freedom to Use the Seas*”), o cerne da IMSS-2015 passou a ser controlar o Índico de modo mais militarizado para assegurar os interesses nacionais e a segurança do Estado (“*Ensuring Secure Seas*”).

Ao se confrontar as estratégias de 2007 e de 2015, os primeiros aspectos que despontam são a *Maritime-Military Strategy* e a *Maritime Security Strategy*. A *Freedom To Use The Seas*²¹ (IMMS-2007) está intrinsecamente ligada à conquista dos objetivos nacionais. Nesse sentido, direciona a Marinha para objetivos pontuais dentro da estratégia do Estado. A *Ensuring Secure Seas*²² (IMSS-2015) possui um aspecto mais abrangente e, assim, abre um leque de tarefas delineadas para a Marinha que estão além dos objetivos nacionais, atribuindo

²¹ Liberdade para o Uso do Mar (tradução nossa).

²² Garantindo mares seguros. (Tradução nossa)

valor a tarefas subsidiárias (KHURANA, 2015). Além do mais, a IMSS-2015 conferiu à Marinha da Índia um sentido e uma missão, dentro do escopo militar vigente, caracterizado ainda por um viés centrado na economia e no interesses internos da Índia que estão focados, geograficamente, na porção norte do Índico, contudo dando os rumos para alcançar num futuro uma “Marinha de Águas Azuis”.

Analisando a IMSS-2015, o referido documento mostrou de forma clara a dependência indiana em relação ao comércio marítimo e suas LCM, reconheceu que as ameaças ao comércio marítimo não estavam necessariamente subordinadas e interligadas a uma estratégia militar geral, passando a segurança marítima a ser um fim em si mesma.

Essa mudança de paradigma entre a IMSS-2007 e IMSS-2015, resultou em uma ampliação da missão da Marinha da Índia. A IMSS-2015, seguindo a tendência da IMD-2009, que conferiu à Marinha da Índia a jurisdição sobre todo o espaço marítimo, incluindo ZEE e águas territoriais (ÍNDIA, 2015, p. 6), antes restritas a guarda costeira indiana e a outras agências governamentais.

Outra propensão da IMD-2009 que se constata na IMSS-2015 é a ampliação da área de interesse da Marinha da Índia, antes restrita ao Índico Norte. Além disso a adição, neste documento, do ponto focal do Estreito de Ombai-Wetar, ao norte da Austrália, e a consequente inclusão de uma LCM bastante ao sul da Índia, mostram o alinhamento da atual estratégia, qual seja: o de se ver o Oceano Índico como uma “grande baía” dos interesses da Índia, numa trajetória rumo a “Marinha de Águas Azuis”.

É válido destacar que a doutrina de 2009 já havia ampliado as áreas secundárias de interesse para o oeste, no Atlântico e no Mediterrâneo. Este fato já revela uma Índia se inserindo num contexto internacional. Porém, quando a IMSS-2015 reconheceu formalmente a relevância desses pontos focais para Índia e, por consequência para a Marinha da Índia, esse documento não apenas reiterou a natureza do Índico de ser uma grande região de interesse

estratégico da Índia, mas também destacou, embora implicitamente, uma tentativa de manter uma primazia no entorno estratégico do Oceano Índico (KHURANA, 2015, p. 2, tradução nossa)²³ (FIG.7).

Além da contextualização mencionada anteriormente, pode-se considerar que essa ampliação da área de atuação da Marinha indiana e sua adição de um novo ponto focal, que faz a junção do Oceano Índico com o Pacífico Ocidental, sem cruzar o Mar do Sul da China, revela uma tentativa indiana de contornar uma área de influência da RPC.

Face ao exposto, um dos principais avanços da IMSS-2015 na direção a Marinha de Águas Azuis diz respeito à ampliação física dos entornos primário e secundário. Diferentemente da IMMS-2007, na qual a Índia se propunha a atuar mais próxima de seu entorno, principalmente na porção norte do Índico, a presente estratégia adicionou novos pontos focais, localizados no Sul do Oceano Índico, de grande relevância para o atual contexto geopolítico da Índia, convergindo com os interesses econômicos e com o momento diplomático do Estado. Nota-se que a região secundária já alcança o Oceano Atlântico, enquanto a Antártica, pela primeira vez, é incluída no mapa do entorno estratégico. (FIG.8)

A IMMS-2007 foi substituída dando origem a IMSS-2015, em virtude principalmente da percepção da Índia de que 90% do volume de suas atividades comerciais trafegam por vias marítimas, dos quais grande parte corresponde à segurança energética e de recursos naturais da Índia. A significativa dependência dos meios externos por si só representa vulnerabilidade (MAHAN, 1987, p. 7), ampliada pela inserção e confluência com os interesses de potências extrarregionais, primordialmente a RPC.

Dentro do contexto anteriormente exposto, originaram-se as justificativas para a substituição da IMMS-2007, que diziam respeito, primeiramente, à pluralização dos tipos de

²³ No original, em inglês: Through a formal ‘recognition’ of these choke-points, IMSS-2015 not only reiterates the embayed nature of the Indian Ocean, but also highlights—albeit implicitly—the Ocean’s geo-strategic ‘exclusivity’ for India. (KHURANA, 2015, p. 2)

ameaças ao Estado, cuja percepção foi motivada pelos atentados de Mumbai²⁴ (2008). Um segundo ponto era a balança de poder da ROI, com a presença chinesa, gerando novas perspectivas e conceitos para assegurar as linhas de comunicação marítimas e as bases na Antártica (ÍNDIA, 2015, p. 3; BARUAH, 2015). Destaca-se também que a forma pioneira de levar tais objetivos à cabo é documentada na Estratégia Marítima (IMSS-2015). Nesse sentido, aponta-se para a necessidade de uma maior presença naval da Índia no sul do Oceano Índico, além de se ressaltar a necessidade de expandir laços bilaterais.

Outro diferencial da IMSS-2015 em relação à estratégia anterior (IMMS-2007) é a presença de uma exposição clara acerca dos interesses marítimos da Índia. Essa transparência denota as convicções sólidas de um projeto de poder assumido pelo Estado, que são: a proteção do território e da soberania, a promoção da segurança para as embarcações mercantes e pesqueiras, energética e da população; a garantia da paz e da estabilidade em áreas de interesse; e a preservação e a projeção de outros interesses na dimensão marítima (ÍNDIA, 2015, p. 9).

Dentro da expansão da área de influência da Índia prevista na IMSS-2015, ressalta-se o imperativo da política do *Look East*²⁵, que versa sobre uma reaproximação da Índia dos países membros da Associação de Nações do Sudeste Asiático (ASEAN, na sigla em inglês) que representam oportunidades para a Índia, que passava por um momento de transição importante, mergulhado em seus problemas internos e em ambiente regional controverso, a abertura ao mundo e a novas possibilidades diplomáticas.

A política do *Look East* era também uma maneira de se contrapor à influência e à presença chinesa na ROI. Note-se que a Índia e a RPC já eram divergentes em litígios

²⁴ O atentado a Mumbai (2008) foi cometido pelo grupo jihadistas Laishkar-e-Taiba (LeT). Diferente de todos os outros ataques sofridos pela Índia, desta vez, os terroristas alcançaram o território indiano por via marítima, devido à alta vigilância da fronteira terrestre (GANGULY, 2015, p. 124). As forças de segurança da Índia, incluindo a Marinha, foram pegas de surpresa e despreparadas para tal fato. Os terroristas envolvidos sequestraram uma embarcação pesqueira da Índia, de modo que puderam ter livre passagem pelas águas do país sem levantar suspeitas.

²⁵ A política de *Look East*, seguida pela Índia, destina-se a estabelecer uma presença política e naval mais forte no Sudeste Asiático (ZUBIR, 2004).

territoriais no Sul da Ásia e, a partir daquele momento, passariam a competir em outras regiões (KAPUR, 2009, p. 308). Não coincidentemente, a política do *Look East* representaria a maior iniciativa de Política Externa da Índia, que se traduziria em expandir a projeção de poder da Índia para o Oriente.

Cabe sublinhar que os cerne dos interesses da Índia nos países da ASEAN são dois. O primeiro refere-se à oportunidade que aqueles países representavam em aspectos comerciais e econômicos. O segundo tem sua origem como consequência direta do primeiro, foi o emprego da política do *Look East* como motivador do crescimento da Marinha da Índia. Tendo em vista que durante a Guerra Fria, a Marinha da Índia tinha uma capacidade irrelevante de operar além da Baía de Bengala e do Mar Arábico, com o surgimento das LCM no novo mercado estabelecido com o Sudeste Asiático, a segurança tornava-se uma questão imprescindível (GANGULY; MUKHERJI, 2014, p. 109).

A fim de complementar a política de expansão das áreas de influência da Índia, adicionalmente ao *Look East*, surgiu o conceito do *Link West*, cujo foco se voltava o Ocidente. Esta nova orientação abriu precedente para uma maior interação com países limítrofes ao Índico e para uma política externa de maior notoriedade e intensificação da Índia com os EUA e a Europa. É possível dizer que se almejava, com isso, o alcance de uma reputação de maior prestígio no contexto internacional. (HINDUSTAN TIMES, 2015; SINGH, 2015)

Quanto ao contexto regional, os esforços eram direcionados aos países que fazem parte do Colar de Pérolas da China: Myanmar, Bangladesh e Sri Lanka (SINGH, 2015). Já no Sudeste Asiático, destaca-se a crescente postura assertiva da Índia, publicamente a favor do pleito dos países da região envolvidos nos litígios contra a RPC no Mar do Sul da China.

A IMSS-2015 torna evidente que “alguns Estados não respeitam o regime legal internacional estabelecido ou seus próprios compromissos” (ÍNDIA, 2015, p. 24), em

conformidade com o discurso político realizado pelo atual primeiro ministro Narendra Modi, que deu ênfase à ilegalidade da construção de ilhas artificiais chinesas com base em normas internacionais (NDTV, 2016). Dentro do preconizado pela política *Look East*, a IMSS-2015 incentivou e incentiva maior participação da Marinha da Índia nos exercícios combinados com Marinhas do Sudeste Asiático.

Sendo assim, a política do *Link West* foi estimulada, principalmente, para dar maior segurança energética, tendo em vista que 80% de todo petróleo consumido na Índia é importado – sendo que os principais fornecedores deste produto eram do Golfo Pérsico, região de constante e grande instabilidade. Logo, a política do *Link West* é implementada para diversificar a matriz de fornecimento de petróleo buscando outros países ricos neste recurso, que além de contribuir para a expansão geográfica do alcance dos entornos estratégicos, visava à garantia de seus suprimentos energéticos. Isso porque a importação de petróleo de regiões variadas resulta na necessidade de fortalecer não só a diplomacia, como também o poder naval para a segurança da manutenção das necessidades de suprimento de energia (FIG.9).

Apesar da ênfase ofensiva dada pelas estratégias IMMS-2007 e IMSS-2015, ambas não propagaram uma doutrina de hegemonia da Índia no controle do Oceano Índico, observando assim a interação da Marinha da Índia com outras Marinhas neste sentido. Sendo assim, apesar das diferenças, as duas estratégias se sobrepõem e concordam de que a Índia não deve abrir mão de seu *soft power* para assegurar sua preponderância geográfica no Oceano Índico, bem como sua liderança entre os países do sul-asiáticos e até mesmo entre os países de sua vizinhança estendida, como já citado por diversos pensadores indianos²⁶.

Face ao exposto, como a Índia com a IMSS-2015 intenciona uma projeção de poder e colocar em prática uma política externa de maior notoriedade, almejando com isso

²⁶ Conceito relacionado às políticas indianas *Look East* e *Look West*. Kaplan (2011, p. 5) afirma: “China expande-se verticalmente [para o sul do Mar do Sul da China]; Índia horizontalmente [*Look East* e *Look West*]”.

alcançar uma reputação de maior prestígio no contexto internacional e assim lidar com os novos desafios ao seu projeto de Marinha de Águas Azuis? A resposta pode ser dividida em ações diplomáticas e ações militares. A ação diplomática, não se restringe ao que foi exposto anteriormente, mas também à atuação como “*Net security provider*”. Esta nova concepção se traduz na aspiração da Marinha da Índia de atuar como força vigilante no Oceano Índico não apenas para si, mas para outros países lindeiros ao Índico (BARUAH, 2015).

Uma diversidade de países em especial os insulares, não são capazes de prover sua própria segurança, o que faz com que os indianos tenham interesses em resguardar os Estados fracos militarmente e evitar que fiquem sob a égide de influência chinesa (SINGH, 2015). Assim, no que diz respeito às ações militares, exige-se, como de costume, um comprometimento multilateral materializado por meio de exercícios navais entre países de interesse, dentre os quais destacam-se: o Omã, no exercício Naseem-al-Bahr (desde 2007); o Brasil e África do Sul, no IBSAMAR²⁷ (desde 2008); o Japão, no JIMEX²⁸ (desde 2012); a Austrália, no AUSINDEX²⁹ (desde 2015); e, por fim, a Indonésia³⁰ (desde 2015) (ÍNDIA, 2015, p. 87).

²⁷ A “Ibsamar”, que terá a sexta edição em 2018, é uma operação multinacional entre as marinhas da África do Sul, do Brasil e da Índia e ocorre a cada dois anos. A operação tem como propósito estreitar os laços de amizade entre as três marinhas, possibilitar a interoperabilidade e adestrar as tripulações em exercícios de considerável nível de complexidade.” (MINISTÉRIO DA DEFESA, 2018, s.p.)

²⁸ Segundo maior exercício de guerra anti-submarino entre duas partes em 2017. (PANDA, 2017)

²⁹ Exercício bilateral marítimo empreendido por Índia e Austrália de modo a aperfeiçoar interoperabilidade e cooperação entre duas forças. (FIRSTPOST, 2018)

³⁰ Patrulha compartilhada entre a Índia e a Indonésia desde 2002. (INDIA, s.d.)

5 CONCLUSÃO

O presente trabalho relata a pesquisa que visou analisar a estratégia naval da Índia no início do século XXI e seu notório esforço no sentido de alcançar o patamar de uma “Marinha de Águas Azuis” à luz do pensamento estratégico de Mahan. Apontou-se, ao longo da pesquisa, que arcabouço teórico de Mahan é evidenciado em diversos aspectos na concepção das estratégias navais da Índia, principalmente no que diz respeito às ações de ampliação da presença e atuação na ROI, assegurando suas LCM e o controle dos pontos focais estratégicos, salientando a importância dada à proteção de seus estreitos e pontos de estrangulamento, tendo como essência a manutenção de sua segurança energética, crescimento econômico e a defesa de seus interesses e soberania.

Nas últimas décadas, a estratégia naval da Índia foi consolidada em dois documentos formais de sua Marinha: a IMMS-2007 e a IMSS-2015 denotando uma mudança de paradigma no que tange à importância dispensada à Marinha e à evidência da necessidade de seu crescimento e consolidação. O século XXI despertou na Índia a real necessidade de reestruturação de sua estratégia marítima e a construção de uma força naval balanceada e potente, a fim de conquistar papel preponderante no sistema internacional, fundamentado no controle do mar e na ampliação de sua presença na ROI, mitigando a influência de outros Estados para que esses não venham a interferir ou ameaçar suas LCM.

Tendo como característica preponderante ser uma área de acentuado tráfego mercante e, conseqüentemente, a existência de inúmeras LCM, a ROI é de primordial importância para o comércio marítimo mundial e, em especial, para a Índia, que necessita de forma eminente do comércio marítimo e da importação de petróleo.

Entre as áreas marítimas estratégicas da ROI destacam-se pela relevância para emprego do Poder Naval da Índia o Mar Árábico, o golfo de Bengala e os pontos focais de acesso ao Oceano Índico. O primordial deles é o Estreito de Ormuz, que dá acesso ao Golfo

Pérsico, por onde escoia a maior parte do petróleo mundial e também da Índia, originário do Irã.

O controle do mar no Oceano Índico traz consigo um aspecto de substancial importância que é a segurança energética e de recursos naturais. Contudo, a ROI está envolta nos interesses de uma pluralidade de Estados que, como a Índia, têm preocupação com a referida questão de segurança. Dentre esses se destaca a RPC, com especial relevância para Índia em virtude da divergência e sobreposição de interesses na região. Essa corrida por estabelecer o maior número de áreas de influência na ROI e assim assegurar a questão de segurança energética e de recursos naturais, a RPC instaurou ao longo do Oceano Índico bases avançadas, aonde destacamos o porto de Gwadar, no Mar Árabe, resultado de uma parceria estratégica sino-paquistanesa.

Em virtude principalmente desse aumento da presença da RPC na ROI, surgindo como uma ameaça as suas linhas de comunicação marítimas e pontos focais, a Índia deixou de ser continentalista e voltou se para o Oceano Índico, materializando essa nova postura ao estabelecer um planejamento estratégico para o futuro, ao publicar a Estratégia Marítima de 2007. Dessa maneira, a IMMS-2007 criou os alicerces necessários à expansão da Marinha da Índia no Oceano Índico, a fim de ascender a “Marinha de Águas Azuis” indispensável para defesa de seus interesses na ROI.

Além disso, a IMMS-2007 foi inovadora no sentido de estabelecer a delimitação do entorno de interesse primário e secundário da Índia, destacando-se a área primária que se estendia do Estreito de Málaca ao Estreito de Ormuz, no Golfo Pérsico. A decisão sobre o estabelecimento dessa área geográfica, concentrada mais ao norte do Oceano Índico, mostra uma posição conservadora e realista da Índia, que naquela conjuntura não dispunha de meios para atuar de forma assertiva na ROI e de se contrapor a presença de outros Estados que tinham interesses divergentes na região.

Em virtude das limitações da Índia e de sua marinha, a IMMS-2007 foi concebida de forma contida. Ainda assim alavancou o pensamento naval indiano, estimulando a sinergia com outras potências marítimas extrarregionais com interesses e presentes na ROI com singular importância os EUA. A referida estratégia também foi precursora ao reconhecer a Marinha da Índia como instrumento e extensão da política externa, principalmente sob a forma de exercícios militares com marinhas de países com relevância estratégica para Índia.

Neste contexto surgiu a Estratégia Marítima da Índia de 2015 que, diferentemente da IMMS-2007, orienta de forma imperativa e assertiva a necessidade de se garantir a segurança das linhas de comunicação marítimas. A IMSS-2015 amplia o entorno primário, antes restrito ao norte do Oceano Índico, passando a abranger todo o espaço marítimo da costa africana até o Estreito de Lombok, na Indonésia. A área de interesse secundário engloba o Atlântico e a Antártica. Com essa ampliação da área de interesse estratégico, em especial a área primária, que inclui toda a região do Mar do Sul da China, a Índia torna-se naturalmente uma aliada dos países em litígio com a RPC por questões controversas nessa região.

A IMSS-2015 é caracterizada por diversos novos conceitos, mas o que melhor explicita a cerne da estratégia de 2015 é o de *Net Security Provider*. Essa nova concepção concede o respaldo necessário à Marinha da Índia, para preencher a lacuna deixada por países que não tenham condições de prover a sua própria segurança e que, por sua vez, confiem à Índia prover essa função. Face ao exposto, a Índia assume o seu papel de potência regional e tenta estabelecer uma espécie de acordo de segurança mútua capitaneado por sua Marinha.

Diante disso, o quarto capítulo desse trabalho, fez um efetivo exame das estratégias de 2007 e 2015 da Índia, mostrando a evolução e assertividade da Índia em direção a uma “Marinha de Águas Azuis”. Além disso, foi feita uma elucidação das estratégias sendo notória a sua contínua evolução, mostrando o caráter mais assertivo da IMSS-2015 em relação a IMMS-2007. No que tange o alargamento da área de atuação da Marinha da Índia,

constatou-se que as estratégias, sobretudo a segunda, incluíram, na categoria de pontos focais, todos os estreitos que dão acesso ao Índico. Assim, as áreas primárias, antes concentradas no norte do Oceano Índico, passaram a incluir áreas muito mais ao sul e abarcar todas as LCM que trafegam naquele Oceano, não se limitando às LCM de interesse da Índia. Em termos de interações com outras marinhas, vale destacar que, apesar do enfoque ofensivo das estratégias, elas não coadunam com um exclusivismo indiano no controle do Índico.

Sendo assim, a Marinha da Índia, ao confeccionar documentos de caráter estratégico, que vem orientando à sua força naval a tomar uma postura mais assertivamente nos ambientes marítimos da ROI, faz com que a mesma esteja em sintonia com os interesses políticos, econômicos e estratégicos da Índia. Consequentemente, essa nova postura acarretou um processo de contínuos investimentos na Marinha da Índia, materializados pela execução de um robusto processo de modernização e expansão de sua força naval no rumo à almejada “Marinha de Águas Azuis”.

Face ao exposto, caso as condições políticas, da estabilidade interna e do desenvolvimento socioeconômico da Índia até então observadas continuem favoráveis, o *status* delineado pela Índia desde 1947 de grande potência global pode estar, então, cada vez mais próximo de se concretizar, o que acarretará uma significativa transformação na balança de poder do Indo-Pacífico.

Com isso, podemos afirmar que a Marinha da Índia está no rumo correto para a conquista do *status* de uma marinha de “Marinha de Águas Azuis” capaz de projetar poder além de suas águas territoriais e com significativa expressão no Sistema Internacional, materializando a resposta indiana ao crescimento da importância geopolítica do Oceano Índico.

REFERÊNCIAS

BARUAH, Darshana M. *India's Evolving Maritime Strategy*. The Diplomat, 03 de dezembro de 2015. Disponível em: <http://thediplomat.com/2015/12/indias-evolving-maritime-strategy/>. Acesso em: 15 jun. 2018

BERLIN, L. Donald. *Indian in the Indian Ocean*. Naval War College Review Washington, v.59, n.2, 2006.

BRASIL. Estado Maior da Armada. EMA-305. *Doutrina Militar Naval (DMN)*. Brasília, 2017.

_____. Ministério da Defesa. *Operação Ibsamar VI reunirá militares das Marinhas da África do Sul, do Brasil e da Índia*. 24 maio 2018. Disponível em: <https://www.defesa.gov.br/noticias/43240-“operação-ibsamar-vi”-reunirá-militares-das-marinhas-da-áfrica-do-sul,-do-brasil-e-da-índia%20JIMEX%20The%20Indian%20Navy%20and%20Japan’s> Acesso em: 29 maio 2018.

COLLINS, Gabriel B.; ERICKSON, Andrew S.; GOLDSTEIN, Lyle. Chinese naval analysts consider the energy question. In: COLLINS, Gabriel B. et al. *China's Energy Strategy: The Impact in Beijing's Maritime Policies*. Annapolis, Md: Naval Institute Press, 2008.

COUTAU-BÉGARIE, Hervé. *Tratado de Estratégia*. Rio de Janeiro: Escola de Guerra Naval, 2010.

FIREPOST. *Indian naval ships reach Australia for AUSINDEX-17 joint maritime exercise*. June 14, 2017. Disponível em: <https://www.firstpost.com/world/indian-naval-ships-reach-australia-for-ausindex-17-joint-maritime-exercise-3616767.html> Acesso em: 28 maio 2018.

FRANÇA, Junia Lessa; VASCONCELOS, Ana Cristina de. *Manual para normalização de publicações técnico-científicas*. Belo Horizonte: UFMG, 2007.

FRIEDMAN, Norman. *Seapower as Strategy: Navies and National Interests*. Anápolis: Naval Institute Press. 2001.

GANGULY, Sumit. *Indian Foreign Policy*. Nova Délhi: Oxford University Press. 2015.

_____, _____. MUKHERJI, Rahul. *A Índia desde 1980*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2014. p.109.

HINDUSTANTIMES. *Let's Look East and Link West*. Editorial do Hindustan Times, setembro de 2014. Disponível : <<http://www.hindustantimes.com/analysis/let-s-look-east-and-linkwest/storygZUh5OfmwLeVSB9asMqIRM.html>>. Acesso em: 26 jun. 2018.

HOLMES, J.R; WINNER, A.C; YOSHIHARA, T. *Indian Naval Strategy in the Twenty first Century*. 1. ed. New York: Routledge, 2009.

ÍNDIA. Navy (2004). INBR 8: Indian Maritime Doctrine, 16 abr. 2018. New Delhi, 2004.

_____. (2007). *India's Maritime Military Strategy (IMMS)*, publicada em 2007. Disponível em:<<http://www.indiannavy.nic.in/book/maritime-strategy>>. Acesso em: 25 abr. 2018.

_____. (2015). *Indian Maritime Security Strategy (IMSS)*, publicada em 2015. Disponível em: < <http://www.indiannavy.nic.in>>. Acesso em: 25 abr. 2018.

_____. *27th - Indonesia Coordinated Patrol (CORPAT)*. Disponível em: <<https://www.indiannavy.nic.in/content/27th-india-indonesia-coordinated-patrol-corpat>> Acesso em 01 ago. 2018.

KAPLAN, Robert D. *Center stage for the 21st century: power plays in the Indian Ocean*. *Foreign Affairs*, v. 88, n. 2, p. 16-32, 2009. Disponível em: <<https://www.foreignaffairs.com/articles/east-asia/2009-03-01/center-stage-21st-century>>. Acesso em: 06 abr. 2018.

_____. *Monsoon: The Indian Ocean and the Future of American Power*. Nova Iorque: Random House Publishing Group, 2011, 5p.

_____. *The Revenge of Geography: What the Map Tells Us about Coming Conflicts and the Battle Against Fate*. Nova Iorque: Random House, 2013.

KAPUR, Harish. *Foreign Policies of India's Prime Ministers*. Nova Délhi: Lancer International. 2009.

KHURANA, Gurpreet. *India-US Combined Defence Exercises: An Appraisal*. *Strategic Analysis*, [S.l.], v. 32, n. 6, p. 1047-1065, out. 2008.

_____. 'Net Security Provider' Defined: An Analysis of India's New Maritime Strategy-2015. National Maritime Foundation. 23 November 2015. Disponível em: <www.maritimeindia.org/View%20profile/635838396645834619.pdf> Acesso em 20 jul. 2018

KUMAR, Deepak. *A Competição no Oceano Índico à Luz do Emergente Triângulo Estratégico*. Rio de Janeiro: Revista da Escola de Guerra Naval, vol. 20, n.14, 2009. p. 123-153.

MAHAN, Alfred Thayer. *The interest of American in sea power, present and future*. Boston, 1897 *apud* PARET, Peter. *Construtores da estratégia moderna*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2001.

_____. *Naval strategy compared and contrasted with the principles and practice of military operations on land*. Boston: Little, Brown and Company, 1911 *apud* HOLMES, James R. and YOSHIHARA, Toshi. *Chinese Naval Strategy in the 21st Century*. Nova Iorque: Routledge, 2009.

_____. *The Influence of Sea Power upon History, 1660-1783*. Nova Iorque, Dover Publications, Inc., 1987.

_____. *The influence of sea power upon history, 1660-1783*. Louisiana: Pelican Publishing Company, Inc., 2003.

MAHADEVAN, Prem. *China in the Indian Ocean: part of a larger PLAN*. CSS Analyses in Security Policy. Zurich: Center for Security Studies (CSS), n. 156, jun. 2014. Disponível em: <<http://www.css.ethz.ch/en/publications/css-analyses-in-security-policy.html>>. Acesso em: 26 maio 2018.

MODI'S Make in India a success: Moody's. *The times of India*, 08 de abril de 2016. Disponível em: <<http://timesofindia.indiatimes.com/business/india-business/Modis-Make-in-India-a-success-Moodys/articleshow/51736262.cms>>. Acesso em: 25 jun.2018

MULLEN, Rani D; POPLIN, Cody. *The New Great Game: A Battle for Access and Influence in the Indo-Pacific*, Foreign Affairs, 2015. Disponível em: <<https://www.foreignaffairs.com/articles/china/2015-09-29/new-great-game>>. Acesso em: 08 jun.2018.

NDTV. *India, Japan call for peaceful solution to South China Sea.*, NDTV Índia. 2016. Disponível: <<http://www.ndtv.com/world-news/india-japan-call-for-peaceful-solution-to-south-china-sea-1624468>>. Acesso 26/06/2018.

PANDA, Ankit. *India, Japan Begin Anti-Submarine Warfare Exercise in Arabian Sea*. The Diplomat. October 31, 2017. Disponível em: <<https://thediplomat.com/2017/10/india-japan-begin-anti-submarine-warfare-exercise-in-arabian-sea/>> Acesso em: 29 jul. 2018.

PANIKKAR, K.M. *India and the Indian ocean. An essay on the influence of sea power on Indian history*. Nova Iorque, EUA: The Macmillan Company, 1945.

PARET, Peter. *Construtores da estratégia moderna*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2001.

PRAKASH, Arun. *From The Crow`s Nest*. New Delhi: Sona Printers, 2007.

RAHAN, Daniel. *Unlocking Indian Maritime Strategy*. 2006. 89f. Dissertação (Master of Arts in National Security Affairs) – NPS, Naval Postgraduate School, Monterrey, California, 2006.

REDDY, G. Ram. *India`s Maritime Security and Foreign Policy*. In: PAVITHRAN, K.S, ed. *Foreign Policy and Maritime Security of India*. Nova Délhi: New Century. 2013.

RIBEIRO, Antônio Silva. *Mahan e as marinhas como instrumento político*. Actas do XI Simpósio de História Marítima, Lisboa, Academia de Marinha, 2010. Disponível em:<www.revistamilitar.pt/artigo.php?art_id=569>. Acesso em: 04 Jun. 2018.

SIMPSON, B. Mitchell. *Guerra, estratégia y poder marítimo*. 2. ed. Buenos Aires: Instituto de publicaciones navales, 1986.

SCOTT, David. *India`s Drive For a `Blue Water` Navy*. Journal of Military and Strategic Studies. Nova Deli, 2007.

SINGH, Rear Admiral Satyindra. *Blueprint to Bluewater: Indian Navy 1951-1965*. Nova Délhi: Lancer, 1991.

SINGH, Abhijit. *India`s New Maritime Security Straregy: “Brand-building” in an Era of “Gepolitical Discord”*. Institute for Defence Studies and Analyses, 21 de dezembro de 2015. Disponível em: <http://www.idsa.in/idsacomments/indias-new-maritime-securitystrategy_asingh_211215>. Acesso em: 26 jun. 2018.

THE GUARDIAN. *India joins the deep sea mining race*”. 2012. Disponível: <<https://www.theguardian.com/environment/2012/aug/30/india-mining>>. Acesso 08/06/2018.

TOSTA, Octávio. *Teorias geopolíticas*. 1. ed. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1984.

ZUBIR, Mokhzani. *The strategic value of the Strait of Malacca*. Analysis paper, Maritime Institute of Malaysia, 2004. Disponível em: <<http://library.utem.edu.my/e-melaka/koleksi%20melaka/geografi/ThestrategicvalueoftheStraitofMalacca.pdf>>. Acesso em: 24 jun. 2018.

ANEXOS

ANEXO A

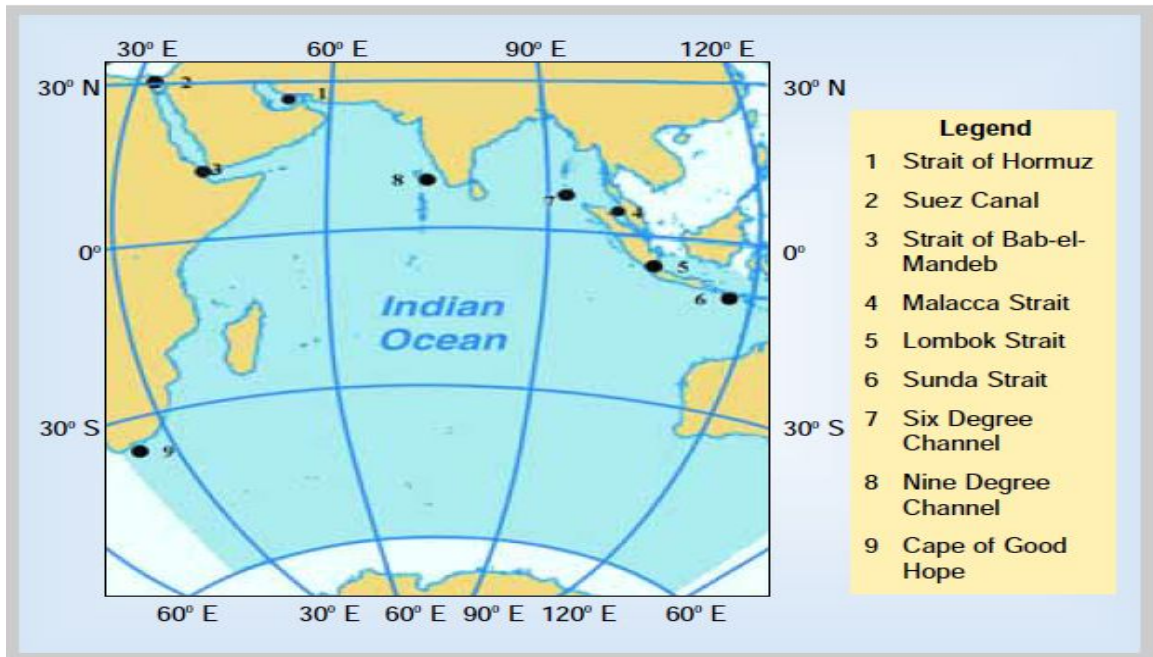
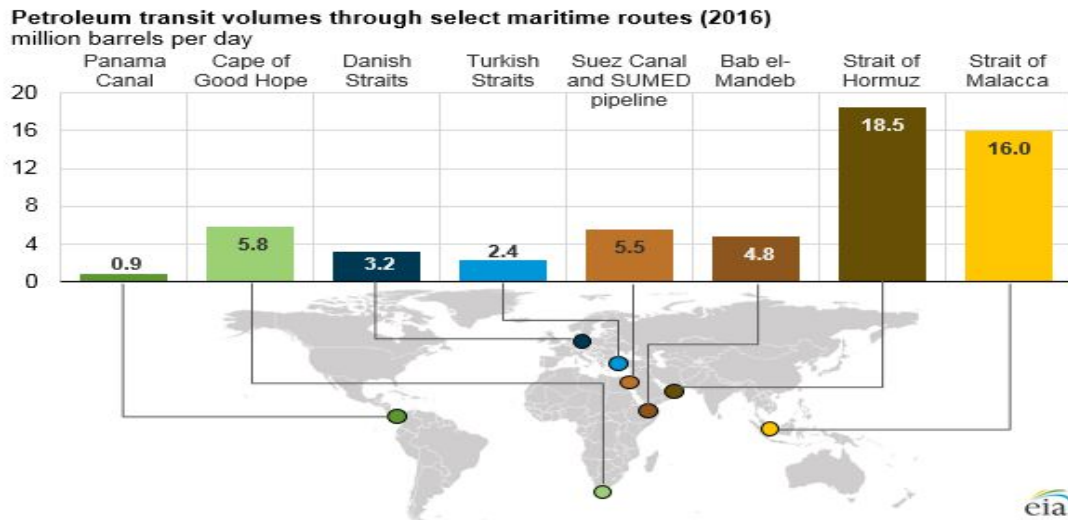


Diagram 3.1: Choke Points in IOR

FIGURA 1 - Mapa com os Pontos Focais da ROI em 2007

Fonte: ÍNDIA, 2007, p. 27.

ANEXO B



By volume of oil transit, the Strait of Hormuz (leading out of the Persian Gulf) and the Strait of Malacca (linking the Indian and Pacific Oceans) are the world's most important strategic chokepoints. The Cape of Good Hope, near the southern tip of Africa, is a major oil trade route and potential alternate route to certain chokepoints.

FIGURA 2 - Mapa com os Principais pontos de estrangulamento e seu trânsito em barris de petróleo

Fonte: < <https://www.eia.gov/todayinenergy/detail.php?id=32292>>.

ANEXO C

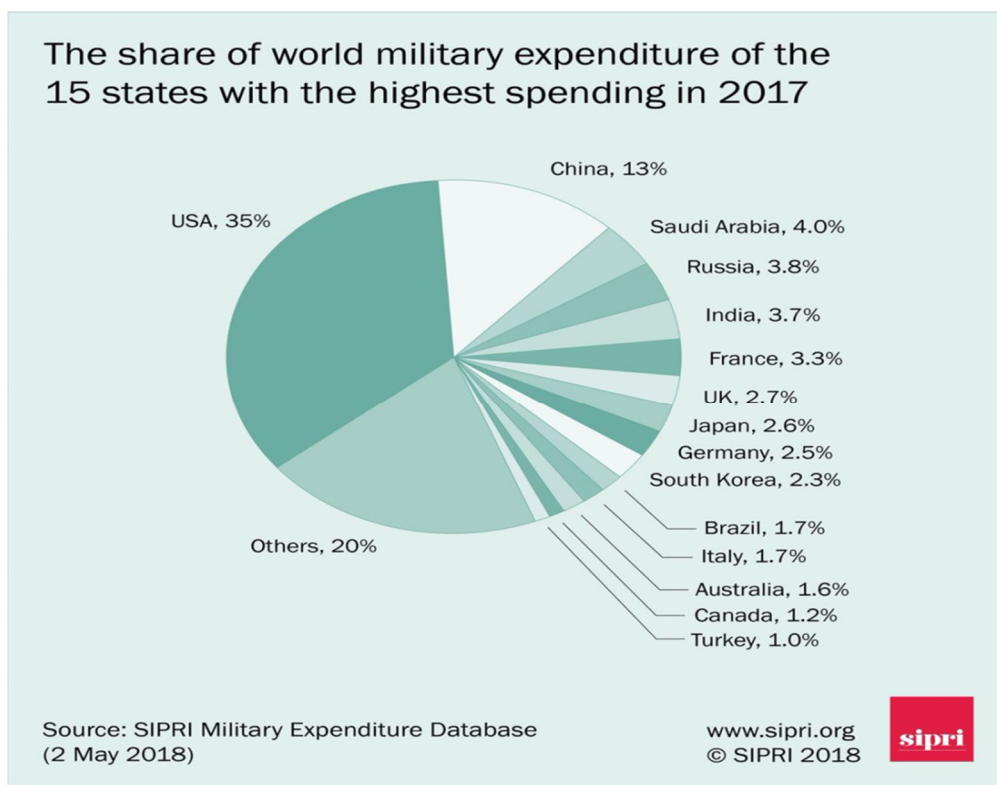


FIGURA 3 - Gráfico de gastos com Defesa dos Estados com maior expressão militar.

Fonte: < <http://www.sipri.org> >.

ANEXO D

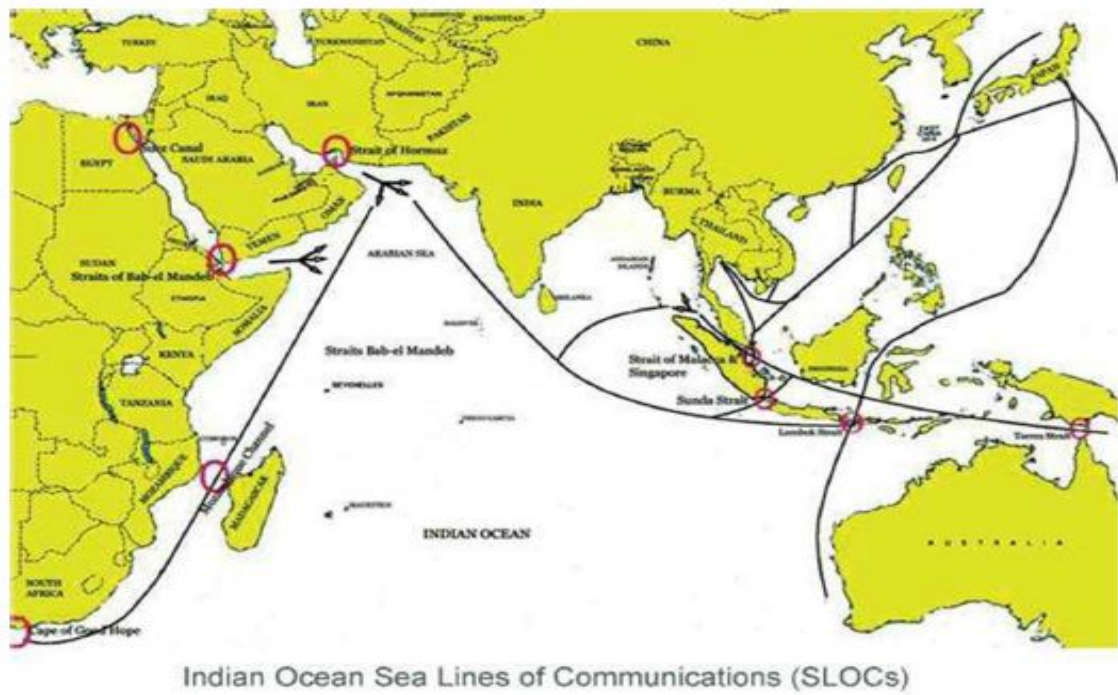


FIGURA 4 - Mapa com as Principais LCM e Pontos de Estrangulamento na ROI

Fonte: < <https://www.indiandefencereview.com> >.

ANEXO E

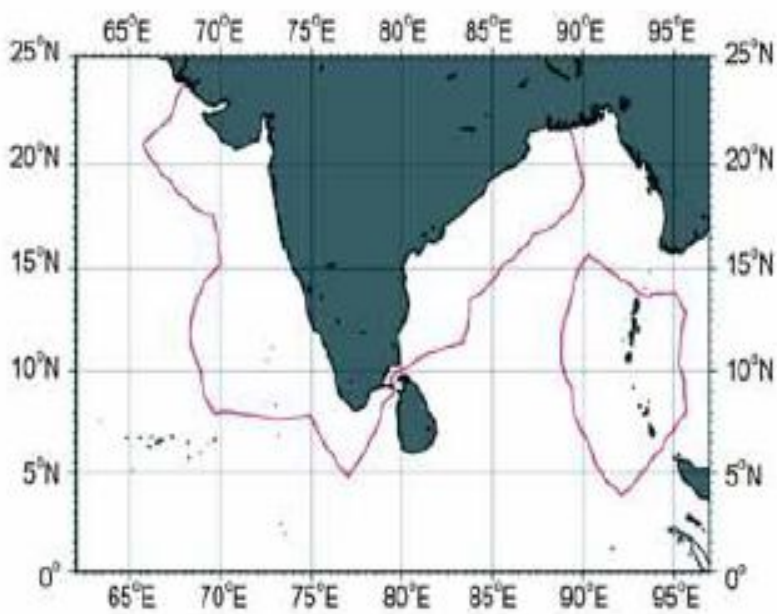


FIGURA 5 - Mapa da Zona Econômica Exclusiva (ZEE) da Índia

Fonte: ÍNDIA, 2007, p. 58.

ANEXO F



Diagram 4.1: Data on Oil Demand, Production and Imports
Source: India Hydrocarbon Vision (IHV) 2025 and data from MoPNG

FIGURA 6 - Gráfico da Dependência energética da Índia

Fonte: ÍNDIA, 2007, p. 48

ANEXO G



FIGURA 7 - Mapa dos Pontos focais e LCM no Oceano Índico em 2015

Fonte: ÍNDIA, 2015, pp. 18-19.

ANEXO H

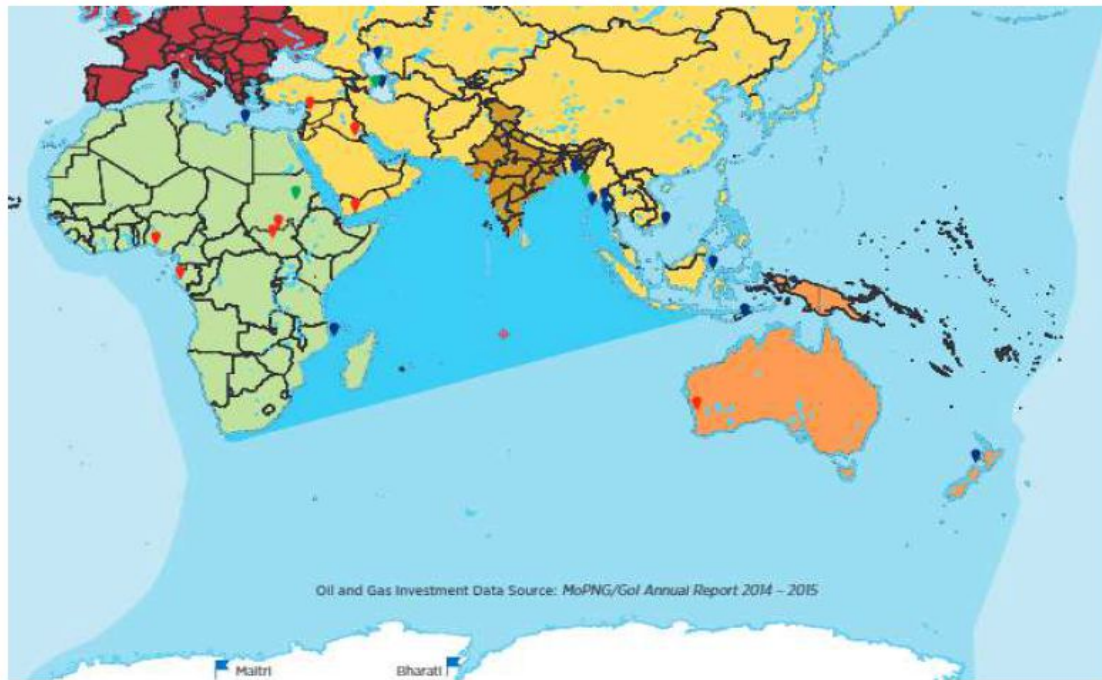


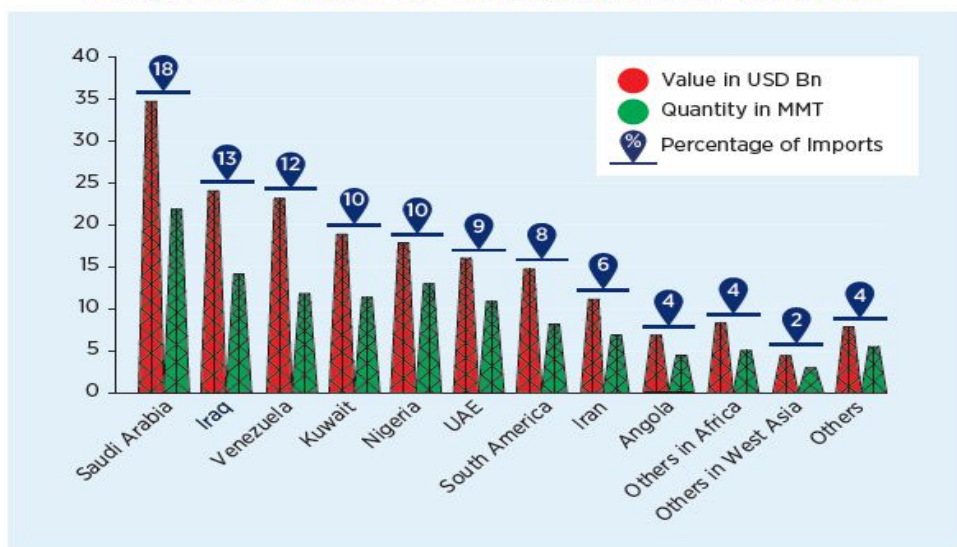
FIGURA 8 - Mapa com os novos contornos do entorno primário e secundário da Índia

Legenda: O azul mais escuro compreende a nova área de interesse primário, enquanto o contorno mais claro, a área secundária.

Fonte: ÍNDIA, 2015, pp. 34-35.

ANEXO I

Diagram 2.1: Crude Oil Imports by India, 2014-2015



Data Source: Ministry of Commerce/Government of India (GoI), Export Import Data Bank. www.commerce.nic.in/eidb/

FIGURA 9 - Gráfico com os principais fornecedores de petróleo da Índia 2014-2015

Fonte: ÍNDIA, 2015, p. 25